

OS MILITANTES COMUNISTAS RESISTEM HEROICAMENTE AOS ATAQUES DA REACÇÃO



Aspecto da reunião do Comité Central do nosso Partido, realizada no passado domingo no Centro de Trabalho do PCP, em Alhandra

ANALISADA A SITUAÇÃO POLÍTICA E DEFINIDA AS TAREFAS IMEDIATAS NA REUNIÃO DO COMITÉ CENTRAL DO PCP

Foi aprovada uma saudação aos comunistas e simpatizantes que têm defendido corajosamente os Centros de Trabalho e resolvido criar uma campanha de solidariedade política, moral e material para com as organizações atingidas.

A reacção está organizada e actua como tal. A comprová-lo a vaga de violência que alastra pelo País visando exclusivamente as forças progressistas e em especial o Partido Comunista Português. As provocações, os atentados, os assaltos e incêndios sucedem-se, ficando na quase totalidade dos casos os seus autores impunes, dispostos a repetir os actos terroristas noutras localidades.

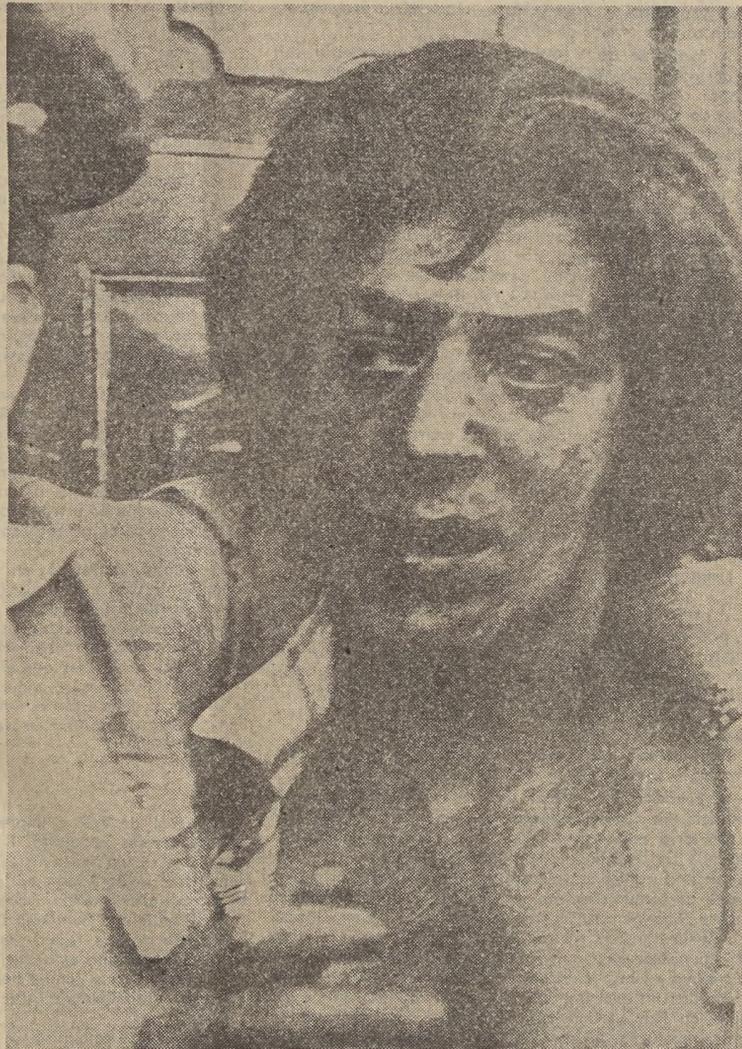
Neste último fim-de-semana, a pretexto de manifestações de apoio ao Episcopado ou ao «documento dos nove», as referidas concentrações e para as quais pessoas conscientes tinham apontado o perigo de se

transformarem em manifestações de violência, culminaram com a destruição das sedes locais dos partidos

progressistas ou de organizações de trabalhadores, como sucedeu em Braga e Viseu.

Tendo-se batido sempre pelos interesses das classes trabalhadoras os comunistas conheceram no tempo da ditadura fascista toda a violência com que aquele regime procurou calar a denúncia da exploração e do

CONT. NA PÁG. 7



Em Braga, o fascismo mostrou a sua verdadeira cara, praticando toda a espécie de violências e actos de puro banditismo, dignos da sanha criminosos dos torcionários da ex-PIDE/DCS. Na gravura, um militante socialista que se encontrava no local e que, a determinada altura, manifestou a sua indignação pelo assalto e destruição do Centro de Trabalho do PCP, foi selvaticamente agredido pelos fascistas e só a intervenção das autoridades o salvou das mãos dos seus cobardes agressores

O exame da actual crise política e das tarefas do Partido no momento em que a Revolução enfrenta uma formidável ofensiva da reacção, constituíram o único ponto da ordem de trabalhos na reunião plenária do Comité Central do Partido Comunista Português realizada no Centro de Trabalho de Alhandra.

Foram apenas apresentados dois relatórios: um do camarada Joaquim Gomes, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC; e outro do ca-

marada Alvaro Cunhal, secretário-geral do Partido.

O camarada Joaquim Gomes analisou os variados aspectos da escalada reacção que visa liquidar as conquistas democráticas posteriores ao 25 de Abril e a criar condições para a interrupção do processo revolucionário e abrir caminho à volta do fascismo. Através da apresentação de estatísticas, demonstrou que seis distritos têm sido particularmente afectados pela ofensiva da reacção: Leiria, Aveiro,

Braga, Santarém, Lisboa e Porto. Numerosas acções terroristas foram também desencadeadas contra o nosso Partido e outros partidos e forças democráticas em Viana do Castelo, Viseu, Castelh Branco, Bragança, Évora, Faro, Ponta Delgada e Angra do Heroísmo. O total de Centros de Trabalho destruídos e incendiados ou gravemente danificados ascendia a 25 — mas outros 12 haviam já sido atacados —, quando o camarada Joaquim Gomes apresentou o seu

relatório. Desde então, com o prosseguimento e a intensificação da onda de actos terroristas que têm por alvo principal o nosso Partido, essa estatística desactualizou-se. Aproxima-se já da meia centena o número de Centros de Trabalho destruídos ou atacados pela reacção fascista. Por outro lado, a situação agravou-se extraordinariamente em distritos como o de Viseu, onde até há poucos dias o nível das

CONT. NA PÁG. 3

Avante!

PÁGINA 2

A crise
do Poder
político
e a ameaça
do fascismo

CUF
NACIONALIZADA

O Conselho de Ministros tomou anteontem importantes medidas. Entre elas destaca-se, pelo seu significado económico e político, a nacionalização da CUF. Os actuais órgãos sociais da Companhia União Fabril foram dissolvidos, aguardando-se a nomeação, por despacho do Primeiro-Ministro, de uma comissão administrativa composta por 7 membros. O Estado pagará às entidades privadas titulares de acções do capital, contra a entrega dos respectivos títulos, uma indemnização cujo montante e forma de pagamento serão definidos em diploma legal a publicar no prazo de 180 dias a contar da data do início da eficácia da nacionalização.

COMÍCIO EM LISBOA

Para análise da crise política que o País está a viver, a DORL do PCP realiza, hoje, um importante comício, pelas 21 e 30 horas, no Pavilhão dos Desportos.

A crise que a Revolução Portuguesa atravessa actualmente é a mais complexa e profunda verificada até hoje. É uma crise política, económica, social e militar. É também uma crise no processo de descolonização.

Destacados dirigentes do PCP exporão as causas profundas desta crise, debruçar-se-ão sobre as três tarefas políticas prioritárias e urgentes que, na presente situação, se colocam ante o poder e as forças revolucionárias definidas na Reunião Plenária do CC do PCP de 10 deste mês:

- 1) assegurar o respeito pela ordem democrática e o exercício das liberdades em todo o território;
- 2) reorganizar e sanear o aparelho de Estado garantindo a sua fidelidade à Revolução;
- 3) formar um sistema de poder que garanta a centralização de decisões fundamentais, eficiência, capacidade operativa, autoridade e apoio popular.

Existem forças bastantes (populares e militares) para assegurar o prosseguimento do processo revolucionário.

Com uma justa orientação, determinação e unidade, as forças da revolução estão em condições de superar a crise actual e de assegurar o prosseguimento do processo revolucionário em direcção à construção de um regime democrático e de transformações económicas e sociais profundas abrindo caminho para o socialismo.

É neste espírito que a DORL do PCP apela para os seus filiados, para a classe operária, para o povo em geral, para que participe em massa no seu comício do dia 14, no Pavilhão dos Desportos.

Com o PCP
Para a unidade antifascista contra a reacção
Com o PCP
Para a unidade popular
Rumo ao socialismo

TODOS AO PAVILHÃO DOS DESPORTOS!



○ Comité Central do PCP, na sua reunião plenária ampliada de domingo último em Alhandra, debruçou-se sobre uma única questão: a crise política actual e as formas de a superar.

«Grave e profunda a crise que atravessa o processo revolucionário. A crise atinge a vida política e social, a economia e o processo de descolonização. Exprime-se numa ofensiva terrorista das forças contra-revolucionárias em algumas regiões. Atinge a unidade de cada uma das duas componentes da força motora da Revolução (o MFA e as forças populares democráticas) e a aliança entre as duas. Todos os elementos convergem num aspecto central e fundamental: a crise do poder político — assim caracterizou o Comité Central do PCP a situação actual do País.

Crise do poder político. Quer isso dizer que a revolução democrática portuguesa não poderá ser levada até às suas últimas consequências, não poderá cumprir com êxito as tarefas específicas desta fase de transição para o socialismo sem resolver de imediato a questão fundamental do Poder.

A escalada da contra-revolução em algumas regiões do País, com os seus rasgos tipicamente fascistas, exige decisões rápidas e corajosas das forças realmente empenhadas no processo revolucionário. Para que tais decisões sejam tomadas, para que elas conduzam ao rápido debelar da crise, impõe-se uma necessária clarificação política e uma justa avaliação da arrumação e da correlação das forças políticas e sociais sem o que não haverá soluções que correspondam aos problemas reais da nação e do povo.

Ante os perigos da hora presente e face a poderosos inimigos que se movimentam dentro e fora do País, nenhum preconceito partidarista, nenhuma questão de prestígio, nenhuma consideração sectária deverão obstar a um largo entendimento entre todos os que queiram erguer uma barreira contra a ameaça do fascismo e desejem defender as liberdades conquistadas em 25 de Abril.

A organização imediata de um poder político autenticamente revolucionário, capaz de travar com firmeza a ofensiva da reacção e de abrir caminho às grandes soluções de graves problemas que Portugal enfrenta torna-se um passo indispensável para a superação da crise.

No plano político-militar assume importância decisiva a unidade interna do MFA. Os incitamentos dos camponeses de Évora na grande manifestação de terça-feira última correspondem a um sentimento profundo das massas populares que vivem e fazem a Revolução. A unidade interna do MFA é uma condição necessária para robustecer a base do processo revolucionário. Só o MFA unido, em estreita aliança com o Povo unido, poderá garantir o triunfo da Revolução.

O anti-comunismo raivosamente desencadeado pela direcção do PS, explorado com habilidade pela reacção clerical-fascista em regiões onde as liberdades democráticas já foram de facto violentamente suprimidas, levou o divisionismo ao seio do MFA e aos seus próprios órgãos dirigentes e tende a criar um fosso entre os obreiros do 25 de Abril.

Nenhuma força política está isenta de erros e também o PCP não está, naturalmente, acima da crítica. Mas proclamar com a desfaçatez com que o fazem alguns dirigentes do PS que o PCP está «ávido do poder» que pretende «instaurar a ditadura», que procura «manejar o MFA» e «manipular os órgãos de Informação» é uma baixa calúnia que só leva água aos moinhos da reacção e do divisionismo e vai fornecendo a «matéria inflamável» aos incendiários e facinoras fascistas que, no mais puro estilo nazi se lançam ao assalto e à destruição de Centros de Trabalho do PCP em zonas onde o caciquismo clerical-fascista conseguiu manter o domínio ideológico sobre as populações e onde os militantes comunistas e mesmo outros elementos progressistas, incluindo do próprio PS, como agora se verificou em Braga, são perseguidos e espancados com selvageria. O anti-comunismo é arma com que se procura dividir o MFA e desacreditar os seus dirigentes mais qualificados e devotados ao povo. A especulação feita em torno do chamado «Documento Melo Antunes», de clara inspiração anticomunista, e os «saneamentos à esquerda» que estão a ser feitos em unidades militares, mostram o sentido divisionista, anti-MFA, das manobras dos dirigentes socialistas.

Sim, o PCP terá cometido erros — de sectarismo, uns; de excesso de confiança, outros — mas os dirigentes do PS assumem a responsabilidade histórica da eventual di-

visão das forças democráticas portuguesas e do MFA, do confusãoismo e da descrença de largas camadas do povo na Revolução de Abril e da eventual confrontação armada entre os que defendem e os que atacam o processo revolucionário português.

O caldo da cultura dos «pinchetazos» contra a Revolução Portuguesa já existe. Esperemos que a reflexão acuda ao cérebro dos militares revolucionários momentaneamente perturbados pelo preconceito anticomunista, pois, a superação da crise política passa pelo abandono do anti-comunismo, pelo exame conjunto dos pontos de divergência e de convergência entre os dois grandes partidos, na busca de uma plataforma comum sobre a qual seja possível dar novo alento ao movimento popular de massas e servir a causa da unidade interna do MFA. Outros serão irrecuperáveis para o processo revolucionário. O MFA é um movimento suprapartidário mas não está acima das classes. Os saudosistas da exploração de classe da burguesia escolheram o seu caminho. Marginalizam-se ou conformam-se com o processo revolucionário. Uma alternativa desforrista não teria brilhante destino. A organização do poder político capaz de assegurar o desenvolvimento do processo revolucionário e de fazer face à escalada da reacção, implica a coordenação eficiente entre o poder do Governo e o poder militar.

Implica, como é óbvio, a existência de um governo operativo, totalmente ganho para a resolução dos problemas nacionais pela via revolucionária e de um MFA como vanguarda e movimento revolucionário progressista e com os seus órgãos de Poder.

A formação do V Governo Provisório permitiu sair do perigoso impasse governamental de mais de um mês, embora tivesse ficado prejudicado pela falta «de clarificação da situação interna do MFA» — como disse Álvaro Cunhal na reunião plenária do Comité Central. A possibilidade de recomposições, reajustamentos e reconsiderações poderá dar ao V Governo maior eficiência operativa mas é lícito admitir-se que não possa por si só resolver todos os aspectos da crise.

Compreende-se porque os adversários do processo revolucionário procuram, por todos os meios, dificultar o trabalho da nova equipa governamental e prolongar a crise, compreende-se porque virão hoje à rua contestar a legitimidade do novo Governo Provisório.

Compreende-se também porque irresponsavelmente se põe na boca de manifestantes o slogan «o Povo não está com o MFA» porque se contesta com tanto afã os seus órgãos de Poder e porque, à volta do «documento Melo Antunes» se procura apelar para um democratismo militar contrário à legitimidade revolucionária do Movimento com vista a diluir num amorfoso «basismo» pseudo-revolucionário a vanguarda militar.

Paralisar os órgãos do Poder seria um serviço prestado à contra-revolução, faria, consciente ou inconscientemente o jogo dos inimigos do nosso processo revolucionário, criaria ao País uma situação favorável a todas as aventuras da reacção internacional.

É na forma como irá conjugar-se na prática o sistema de poder, expresso pelo binómio Governo-MFA, que se poderá aquilatar a capacidade das actuais estruturas para resolver os agudos problemas nacionais. Mas a resolução dos problemas cruciais do País não pode ficar limitada às estruturas do poder: tem de contar com a participação responsável das forças revolucionárias.

Três tarefas políticas urgentes e prioritárias se colocam aos órgãos do Poder e às forças revolucionárias.

A primeira é a defesa da ordem democrática e do exercício dos direitos e liberdades dos cidadãos sobre todo o território nacional. A crise de autoridade facilitou a escalada da reacção e a prática de actos de verdadeiro banditismo contra os elementos progressistas, principalmente os comunistas, em zonas onde a contra-revolução impera. São os sicários do fascismo, hoje encovilhados principalmente nas fileiras do CDS e PPD que, à sombra da impunidade e contando muitas vezes com a passividade ou mesmo a complicitude de militares e militarizados não integrados no espírito do MFA, estão criando em largas zonas do País verdadeiras bases para o lançamento da contra-revolução. Ao mesmo tempo que é necessário distinguir os que por falta de esclarecimento ou por insuficiências na resolução de problemas legítimos cometem violências, é preciso o máximo rigor e firmeza na repressão dos agitadores fascistas, muitas vezes homens do ELP ou da CIA, que encabeçam os atentados à liberdade.

As forças encarregadas de defender as vidas e bens dos cidadãos pacíficos devem cumprir efectivamente o seu dever impedindo as violências, prendendo os responsáveis e fazendo cair sobre a alçada das leis da Revolução os prevaricadores e bandoleiros.

A segunda tarefa é reorganizar e sanear o aparelho de Estado no interesse da segurança e fidelidade à Revolução. Nos sectores militares e militarizados, nos aparelhos judicial e diplomático, no funcionalismo, proliferam os inimigos da Revolução, os velhos quadros fiéis ao fascismo, os elementos corruptos dispostos a trair o seu País e o Estado democrático e a sabotar por todos os meios a aplicação de uma política progressista. Esta densa e complexa máquina contra-revolucionária é um travão aos avanços da Revolução.

O Comité Central do PCP debruçou-se ainda sobre todo um outro conjunto de tarefas urgentes que se impõe encarar e resolver. Em especial, as tarefas relativas ao processo de descolonização mereceram uma atenção particular dos participantes. O drama do povo angolano, sob os ataques e provocações de forças equipadas e treinadas na República do Zaire, por mercenários ao serviço do imperialismo e do colonialismo está longe de terminar. O MPLA, lídimo representante das massas populares, tem infligido pesadas derrotas aos inimigos da independência do povo angolano. Os atrasos e dificuldades no processo de descolonização provocam atrasos e dificuldades no próprio processo revolucionário português. Uns e outros favorecem o inimigo comum: a reacção colonial — fascista.

Nenhuma política revolucionária triunfará se não assentar em bases amplamente unitárias. Em primeiro lugar, a unidade da classe operária, nos seus locais de trabalho é a condição mais importante para a criação e o desenvolvimento de um amplo movimento unitário de massas.

As formas de passagem ao socialismo exigem a estruturação e a dinamização do movimento de massas populares para objectivos específicos. O Comité Central chamou a atenção de todo o Partido para a necessidade de liquidar todo o sectarismo na abordagem, no trato e na organização dos trabalhadores não-comunistas, com todas as pessoas interessadas no processo revolucionário. Particularmente importante é a unidade com os trabalhadores socialistas que, em muitos casos, no decurso da escalada reaccionária contra os comunistas, manifestam a sua solidariedade de classe com os camaradas atingidos pelas violências e arruaças dos elementos fascistas.

Nas zonas onde a reacção clerical fascista acirra o ódio contra os comunistas, exasperando os sentimentos religiosos dos trabalhadores católicos, importa fazer um grande trabalho de esclarecimento e de mobilização contra os maneios da alta hierarquia reaccionária da Igreja Católica, separando o trigo do joio, atraindo para as posições progressistas os católicos não-fanatizados pelo anti-comunismo.

O Comité Central pôs em especial vigor a necessidade de imprimir uma vida dinâmica às assembleias populares nos sindicatos e fábricas, nas cooperativas e herdades colectivas, nos bairros, vilas e aldeias. Milhões de portugueses querem e podem ser chamados à participação activa na solução dos problemas que afectam a colectividade. Nesta gama de actividades se enquadra a criação de Comissões de Defesa da Revolução que na crise das duas últimas semanas deram magníficas provas da sua eficiência e do seu poder político.

O papel do PCP é imprescindível na realização das grandes tarefas populares. Nem o anti-comunismo mais soez, nem as violências físicas mais brutais afastarão os comunistas da luta pela edificação de um Estado verdadeiramente democrático a caminho do socialismo.

A valentia e o heroísmo dos comunistas que em condições tão difíceis fazem frente à escalada reaccionária e seguram bem alto as bandeiras do Partido são exemplos para todos os seus companheiros de ideal e de luta, para todos os trabalhadores das localidades onde labutam e vivem.

A acção dos comunistas é imprescindível para o fortalecimento da aliança Povo-MFA, força motora da Revolução. Nenhum preconceito anti-comunista os fará afastar dos seus irmãos de classe na realização das difíceis tarefas que pesam sobre todos os portugueses interessados no processo revolucionário.

A crise do Poder político e a ameaça do fascismo

REUNIÃO DO COMITÉ CENTRAL

CONT. DA PÁG. 1

gressões e provocações atingiram menos amplitude do que em Braga, Leiria, Aveiro ou Santarém.

«Cabo às autoridades responsáveis pela ordem no País — afirmou o camarada Joaquim Gomes — evitar que se verifiquem confrontos que, de qualquer modo, se voltam contra o processo revolucionário em curso.» E concluiu a sua intervenção com um apelo à unidade e à vigilância para defesa do processo revolucionário: «No reforço da unidade operária e das massas trabalhadoras; no alargamento e acção do Movimento Popular de massas; no alargamento da unidade combativa de todos os antifascistas; no reforço da aliança Povo-MFA tem de assentar a consolidação do processo revolucionário, a marcha do caminho para o socialismo.

A vitória continua ao alcance da classe operária e do povo português desde que se reforce a vigilância revolucionária, desde que se reforce o espírito de luta para combater o inimigo do classe onde quer que se encontre.»

Intervieram no debate numerosos membros do Comité Central e também camaradas de Organizações Regionais do Partido situadas em zonas onde a situação político-social se agravou nas últimas semanas. Para melhor compreensão de factos ocorridos, esclarecimento de questões em debate e abordagem de problemas relacionados com o trabalho de organização e propagação e aplicação da linha do Partido falaram sucessivamente os camaradas Francisco Miguel, do CC; Francisco

Lancinha, da Direcção da Organização Regional do Oeste e Ribatejo; António Gervásio, da Comissão Política; Carlos Costa, da Comissão Política e do Secretariado; Georgette Ferreira, do CC e da Direcção da Organização Regional de Lisboa; Pires Jorge, do CC e da Direcção da Organização Regional das Beiras; Domingos Abrantes, do CC e da Organização Regional de Lisboa; Américo Leal, do CC e da Direcção da Organização Regional de Setúbal; Luis Santos, da Direcção da Organização Regional das Ilhas Adjacentes; Dias Lourenço, da Comissão Política; Ângelo Velloso, do CC e da Direcção da Organização Regional do Norte; Joaquim Judas, da Comissão Central da UJC; Octávio Pato, da Comissão Política e do Secretariado do CC; Margarida Tengarrinha, membro suplente do CC; Horácio Rufino, suplente do CC e membro da Comissão Central da UJC; Carlos Brito, da Comissão Política; Carlos Luis Figueira, suplente do CC e membro da Direcção da Organização Regional das Beiras; Carlos Aboim Inglês, do CC; Bláncqui Teixeira e José Vitoriano, da Comissão Política.

Embora o «Avante!» tenha editado número especial, na segunda-feira, dedicado à reunião plenária alargada do Comité Central, publicamos novamente os dois documentos aprovados pelo CC — a nota sobre a própria reunião e um apelo tendente à criação de um poderoso movimento de solidariedade para com as organizações e militantes das zonas mais afectadas pela vaga terrorista da reacção. Parecemos também oportuno chamar do modo especial a atenção para os pontos principais do relatório apresentado pelo camarada Álvaro Cunhal, não obstante o termos já divulgado na íntegra.

No dia 10 de Agosto de 1975 realizou-se, no Centro de Trabalho de Alhandra, uma reunião plenária do Comité Central do Partido Comunista Português. A ordem de trabalhos incluía um único ponto: o exame da crise política actual e das tarefas do Partido dele decorrentes.

Foram apresentados dois relatórios: do camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido, sobre a situação política e do camarada Joaquim Gomes, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central sobre a ofensiva contra-revolucionária. Intervieram no debate numerosos camaradas.

O Comité Central foi unânime em considerar particularmente grave e profunda a crise que atravessa o processo revolucionário. A crise atinge a vida política e social, a economia e o processo de descolonização. Exprime-se numa ofensiva terrorista das forças contra-revolucionárias em algumas regiões. Atinge a unidade de cada uma das duas componentes da força motora da revolução (o MFA e as forças populares democráticas) e a aliança entre as duas. Todos os elementos da crise convergem num aspecto central e fundamental: a crise do poder político.

O Comité Central considerou que a constituição do V Governo Provisório, constitui um passo positivo para a solução da crise do poder, sem entretanto, resolver todos os seus aspectos.

O reforço urgente do MFA como movimento revolucionário progressista e das suas estruturas de direcção, bem como a sua estreita cooperação com o Governo, são outra condição para a superação da crise do poder.

O Comité Central considerou que o reforço do poder passa pela definição e aplicação de medidas de emergência que respondam aos problemas políticos, económicos e sociais, assim como aos que são levantados pelo processo de descolonização. As medidas de emergência deverão compreender-se dentro da perspectiva revolucionária, da construção de um regime de amplas liberdades a caminho do socialismo, e não devem pôr em causa as grandes

conquistas da revolução, designadamente as nacionalizações e a reforma agrária.

O Comité Central concluiu que se colocam ao poder e às forças revolucionárias três tarefas políticas prioritárias: assegurar o respeito pela ordem democrática e o exercício das liberdades em todo o território; reorganizar e sanear o aparelho do Estado garantindo a sua fidelidade à revolução; formar um sistema de poder que garanta centralização de decisões fundamentais, eficiência, capacidade operativa, autoridade e apoio popular.

O Comité Central apontou também tarefas relativas à economia, à situação social, à descolonização e à política externa.

O Comité Central sublinhou a importância de cortar a tendência para a multiplicação de centros de decisão e a fragmentação das forças revolucionárias e sublinhou a necessidade de um esforço de unificação de todas as forças interessadas no processo.

Sublinhando a necessidade de combater firmemente as actividades contra-revolucionárias, a conspiração e o divisionismo e de reforçar as estruturas do poder político e do Estado democrático, o Comité Central pronunciou-se por um esforço real e imediato das forças interessadas no processo revolucionário para encontrarem em comum soluções para os graves problemas existentes.

O Comité Central sublinhou particularmente a necessidade de um espírito de debate franco, de cooperação e de abertura.

O Comité Central sublinhou a importância do reforço da organização, da unidade, da acção e da iniciativa da classe operária e das massas populares para a solução da crise actual.

Foi aprovada uma saudação aos comunistas e simpatizantes que têm defendido corajosamente os Centros de Trabalho e resolvido realizar uma campanha de solidariedade política, moral e material para com as organizações atingidas.

10 de Agosto de 1975.

O COMITÉ CENTRAL
DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

ÁLVARO CUNHAL

«O PCP APELA PARA O ENTENDIMENTO A COOPERAÇÃO E A UNIDADE DE ACÇÃO DE TODAS AS FORÇAS PROGRESSISTAS»

O camarada Álvaro Cunhal, partindo da gravidade excepcional do momento político, começou por chamar a atenção para a necessidade de uma ideia muito exacta e realista da situação. As forças da liberdade e do progresso social são suficientemente fortes para garantir a defesa e o avanço da Revolução. Mas a formidável ofensiva das forças reacçãoistas e conservadoras exige uma orientação que corresponda aos problemas reais, um reforço da unidade em todos os níveis, uma grande flexibilidade e firmeza na sustentação das posições essenciais.

A actual crise diferencia-se das anteriores por atingir praticamente todos os aspectos e sectores da vida nacional. É, simultaneamente — como disse —, uma crise política, uma crise económica, uma crise social, uma crise militar, uma crise no processo de descolonização. A ofensiva terrorista da contra-revolução provocou dissidências nas duas componentes essenciais do processo, gerando uma atmosfera de tensões explosivas que podem conduzir a choques armados. O agravamento dos défices financeiros, e o aumento do desemprego, estimulados pela sabotagem económica e as pressões imperialistas, somam os seus efeitos negativos aos provocados pelas indefinições na política económica. Nesse contexto, sectores sociais cujos problemas não foram ainda resolvidos pela Revolução deslocam-se politicamente para a direita. Esse fenómeno social contribui para acentuar as tendências conservadoras ainda existentes no corpo de oficiais das Forças Armadas, abalando a unidade da sua vanguarda — o MFA. Tudo isso coincide com uma situação crítica em Angola. O regresso inesperado ao País, neste momento, de dezenas de milhares de portugueses com problemas reais e dificuldades de adaptação ao Portugal revolucionário favorecem também os planos da reacção.

Essa soma de crises que se desenvolvem em áreas diferentes não era inevitável. Foi provocada, facilitada, amplificada artificialmente pelo comportamento de um partido cujos interesses e fins são incompatíveis com os da reacção. Os dirigentes do PS — acentuou o camarada Álvaro Cunhal —, com a sua histeria anticomunista e as suas alianças com a reacção, têm sobre si a pesada responsabilidade de terem aberto as portas às actividades contra-revolucionárias e terem inspirado e estimulado a acção dos bandos fascistas.

Saliendo que o anticomunismo se transformou já em bandeira da contra-revolução contra todas as forças revolucionárias, o camarada Álvaro Cunhal declarou:

«Os assaltos, pilhagens, incêndios de Centros de Trabalho do PCP e de outros partidos progressistas, assim como de sindicatos, a «caça aos comunistas», as expulsões de empresas, as agressões, as tentativas de linchamentos, os atentados terroristas, o saqueio de escritórios, consultórios e residências pessoais, a destruição de haveres, mostram o banditismo fascista na sua odiosa expressão. Em algumas localidades e regiões, a contra-revolução consegue liquidar as liberdades e instalar, de facto, temporariamente, um poder local reacçãoista. A tarefa essencial nessas localidades é restabelecer as liberdades, restabelecer a situação democrática.»

A estatística apresentada pelo camarada Joaquim Gomes na sua exposição sobre a escalada reacçãoista e os factos por ela revelados confirmaram a justeza das advertências e do apelo contido no relatório do camarada Álvaro Cunhal.

Quem acompanhou pela televisão o assalto ao Centro de Trabalho do PCP em Braga pôde verificar que em certas regiões do País se instalou um poder local reacçãoista. Em Braga os comunistas passaram praticamente à clandestinidade. Há muitas vilas no Norte onde o poder revolucionário deixou, por agora, de existir. Foram os comunistas que defenderam, por vezes com risco das próprias vidas, a legalidade revolucionária. Mas, por falta de apoio, devido ao atraso ou à ineficácia da intervenção das forças militares ou militarizadas, viram-se obrigados a abandonar essas localidades. Hoje é a reacção quem manda aí, é o fascismo quem dita a lei nessas terras, desafiando impunemente a autoridade da Revolução, proclamando publicamente que está contra o MFA.

O problema da vanguarda

Depois de sublinhar que o traço mais característico da crise é o facto de ela se centrar em torno da crise do Poder político, designadamente do MFA e do Governo, o camarada Álvaro Cunhal relacionou a pouca operatividade dos Governos Provisórios e a chamada crise de autoridade, destacando como uma das suas causas fundamentais a insuficiente coordenação entre o Poder do Governo e o Poder militar. A saída do PS e do PPD do Governo, pelos próprios motivos a que obedeceu, veio colocar a exigência de um apoio muito mais efectivo dos órgãos do Poder militar a um novo Governo que já não contaria com representantes de partidos. Teria sido desejável, portanto, uma melhor clarificação da situação interna do MFA. O prolongamento da crise, empolada pela acção de certos partidos e pela ofensiva da reacção, bem como as consequências alarmantes do vazio do Poder, não permitiu entretanto essa clarificação, transformando a constituição do novo Governo em tarefa inadiável.

A formação do novo Governo do general Vasco Gonçalves não pode, contudo, resolver todos os aspectos da crise, embora seja um importante passo para a sua resolução.

Fica de pé, tal como antes — são palavras do camarada Álvaro Cunhal —, o problema geral do Poder político no seu conjunto. A crise persistirá e tenderá a agravar-se rapidamente se não forem reforçadas e não se tornarem verdadeiramente operativas as estruturas de direcção do MFA e o MFA no seu conjunto, como movimento progressista revolucionário.

Chamando a atenção para as consequências desastrosas que teria o prolongamento dos conflitos internos no MFA, que poderia levar à diluição do Movimento no quadro geral das Forças Armadas, o camarada Álvaro Cunhal

colocou com clareza o problema do papel das vanguardas no processo revolucionário. Foi uma tomada de posição esclarecedora e necessária num momento em que, em Portugal, tanto se teoriza a respeito das vanguardas e da sua função insubstituível, mas, na prática, certas forças e partidos — por vezes na melhor das intenções —, estimulam um basismo e um democratismo anárquicos que só podem enfraquecer e desorganizar a vanguarda.

Para uma vanguarda revolucionária — disse Álvaro Cunhal — são perigos reais tanto o enfraquecimento da ligação da vanguarda com as massas, como a dissolução da vanguarda nas massas. A vanguarda revolucionária tem de estar intimamente ligada às massas, contar com o seu apoio activo, aprender com elas, estimular a sua iniciativa e a sua acção criadora. Mas, sob o risco de deixar de ser uma vanguarda, de perder a sua capacidade mobilizadora e dirigente, não pode diluir-se nas massas, perdendo as suas características próprias de organização, de quadros, de direcção. Isto é válido para todas as vanguardas, seja da classe operária, seja militar.

Sob o pretexto do respeito pela vontade das massas, o basismo e o democratismo, a submissão das decisões da vanguarda a votações manipuladas, procuram enfraquecer, desorganizar e finalmente liquidar a vanguarda. Trata-se também de uma situação geral, válida tanto para a vanguarda operária e popular como para a vanguarda militar.

Hoje, mais do que nunca, para fazer frente à reacção, para garantir as liberdades, para assegurar uma política de progresso social, é indispensável a intervenção do MFA como vanguarda e movimento revolucionário progressista e com os seus órgãos de poder.

Governo e órgãos superiores do MFA têm de ser complementares e cooperantes no poder político. Sem isso não só seria difícil como a curto prazo se tornaria impossível governar.

Três tarefas urgentes

Depois de assinalar que «o reforço do Poder passa pela definição e aplicação de medidas que respondam aos problemas mais prementes de ordem política, económica, social, assim como os decorrentes do processo de descolonização e das relações internacionais», o camarada Álvaro Cunhal lembrou uma evidência. Para aplicar uma tal política o Poder precisa de ser forte. Mas uma parte da sua força virá de aplicação de uma tal política. A solução de problemas de carácter imediato e de emergência tem, portanto, de ser encarada «dentro da grande perspectiva de desenvolvimento do processo revolucionário». De forma alguma — sublinhou — as medidas de emergência poderiam pôr em causa as nacionalizações, a criação de um grande e dinâmico sector estatal e a reforma agrária.

A firmeza do PCP na defesa das nacionalizações e da reforma agrária não é, nunca foi, incompatível com a sua luta pela instauração de um regime caracterizado pelas mais amplas liberdades. Um curso revolucionário pacífico, marcado pelo pluralismo partidário e pelo exercício da liberdade de imprensa, é perfeitamente compatível com profundas transformações económicas e pacíficas orientadas de forma a abrir caminho para o socialismo. Torna-se, assim, cada vez mais necessário desmascarar «as deturpações e falsificações da linha do PCP feitas pela propaganda reacçãoista e divisionista, que procura desinformar a opinião pública, acusando o PCP de querer suprimir as liberdades e instaurar uma ditadura».

Na presente situação — afirmou o camarada Álvaro Cunhal — colocam-se ante o Poder e as forças revolucionárias três tarefas políticas prioritárias e urgentes:

A primeira, é assegurar com a máxima firmeza e respeito pela ordem democrática e o exercício das liberdades e direitos dos cidadãos em todo o território nacional.

À mesma tempo que é necessário grande compreensão para populações que, em alguns casos e por virtude de situações concretas e falta de informação, se deixam enganar pela propaganda reacçãoista, impõe-se extrema firmeza para com bandos fascistas responsáveis por assaltos, agressões, pilhagens, incêndios, atentados terroristas e outros actos de violência.

A segunda, é reorganizar e sanear devidamente o aparelho do Estado (incluindo os sectores militares e militarizados, os tribunais, o aparelho diplomático, o funcionalismo), de forma a poder, pela sua estrutura, funcionamento e quadros, servir com segurança e fidelidade a revolução portuguesa.

A terceira, é a formação de um sistema de poder que garanta centralização das decisões de capital importância, eficiência e capacidade operativa, autoridade e apoio popular.

O camarada Álvaro Cunhal apontou seguidamente outras tarefas também urgentes dentro das grandes linhas da Revolução Portuguesa. No domínio económico destacou como o problema maior a redução do défice global de 50 milhões de contos da economia portuguesa. Isso só será possível mediante a contenção de despesas públicas de importância secundária; a redução dos altos consumos; da restrição das importações e aumento de exportações; de garantias de segurança aos emigrantes para as suas remessas de divisas; da criação de um novo turismo de massas; do desenvolvimento da batalha da produção; de um ataque frontal às dificuldades dos sectores industriais em crise e aos problemas dos pequenos e médios agricultores, industriais e comerciantes. No domínio social a solução dos problemas mais urgentes das camadas desfavorecidas pode ser encontrada no contexto de uma política de austeridade. No processo de descolonização a política que nos prestigiou aos olhos do mundo deverá ser prosseguida com firmeza, estabelecendo-se uma clara distinção entre os patriotas angolanos, e particularmente o MPLA, e as forças de intervenção externa. Urge também criar em Angola condições que travem o retorno em massa dos portugueses e resolver as dificuldades dos que já voltaram. São questões de grande importância porque a reacção e as forças conservadoras tratam neste momento de explorar em benefício próprio

o desajustamento dos portugueses que regressaram de Angola, e inquietação dos que ali permanecem.

No tocante à política externa, o camarada Álvaro Cunhal frisou que é indispensável insistir numa política de amizade e cooperação com todos os países, na continuação das boas relações com os países capitalistas, designadamente com os do Mercado Comum, na continuação das relações de boa vizinhança com a Espanha, no respeito dos compromissos internacionais, na expansão das relações com os países socialistas e com os países do Terceiro Mundo.

Essa definição muito nitida das linhas gerais da política imediata do nosso Partido certamente contribuirá para desfazer equívocos provocados pela propaganda reacçãoista e pelos detractores da linha do PCP. Particularmente importantes foram as referências ao desejo de boas relações com os países do Mercado Comum num momento em que a reacção lança toda a espécie de calúnias a respeito da política internacional do nosso Partido. Temos de denunciá-las como tentativas de cerco imperialista à Revolução Portuguesa e as pressões externas de que ela é alvo. É um dever. Mas isso não significa — pelo contrário — que sejamos hostis a uma política de boas relações com os países capitalistas e particularmente com os da Comunidade Económica Europeia. O PCP sempre defendeu os princípios da coexistência pacífica entre os povos com regimes políticos e sociais diferentes, agora consagrados na Declaração de Helsínquia. O Portugal livre, e a caminho do socialismo, pode e deve manter excelentes relações com o mundo capitalista e, especialmente, com a Europa capitalista. A Revolução Portuguesa não hostilizou povo ou governo algum. É ela que tem sido vítima de constantes manobras hostis.

Defender a Revolução Defender a unidade

O camarada Álvaro Cunhal analisou mais adiante alguns aspectos da actual degradação da situação política resultantes da «fragmentação e centrifugação» das forças que estavam com o processo revolucionário. Apontou concretamente: a criação de um número excessivo de centros de decisão a todos os níveis da máquina estatal; a polarização de grupos e personalidades no seio do MFA, e a viragem à direita do PS, que alterou profundamente o quadro unitário. Saliendo que até no movimento popular se manifestam iniciativas divisionistas, lembrou que a pretensão à hegemonia «conduz à rigidez de posições, à quebra do espírito de cooperação e de aliança, a efectivo divisionismo».

Para defender a Revolução e assegurar o seu curso — disse —, a noção da responsabilidade perante o povo português tem de sobrepor-se ao sectarismo partidário ou de grupo.

É necessário distinguir entre as forças reacçãoistas fascistas e fascizantes, que constituem o inimigo principal e cujo objectivo é a instauração de uma nova ditadura, e as forças hesitantes acerca do processo revolucionário e do caminho para o socialismo.

Insistindo-se firmemente nas grandes opções da Revolução Portuguesa, urge realizar um grande esforço de unificação de todas as forças interessadas no processo.

Chamando mais uma vez a atenção para a extrema gravidade da crise, insistiu em que o adiamento na tomada de medidas essenciais poderia ser fatal para a Revolução. A não serem rapidamente diminuídas perigosas tensões — acentuou —, «a não se dar uma rápida recuperação da dinâmica revolucionária do MFA e dos seus organismos de direcção, a não se afastarem reacçãoistas de certos postos-chave, a não se confirmar uma estreita cooperação entre o Governo e o poder militar, persistirá em crescimento o questionamento do poder político e a situação pode continuar a degradar-se. Em tal caso encaminhar-nos-íamos para violentos confrontos armados».



Registraram-se numerosas intervenções durante a reunião do Comité Central do PCP, efectuada no domingo passado

COMÍCIO PALÁCIO DE CRISTAL

Com a presença do camarada Álvaro Cunhal a Direcção da Organização Regional do Norte, do Partido Comunista Português, realiza na próxima terça-feira, dia 19, no Palácio de Cristal, do Porto, pelas 21 e 30, um grande comício que se destina a explicar à população do Norte a posição do PCP face aos seguintes pontos:

- Ofensiva terrorista da reacção no Norte;
- Os comunistas e a questão do poder;
- A situação económica e social;
- A unidade (do Povo e do MFA) e a importância do seu reforço.

O POVO DE ÉVORA DIZ NÃO À REACÇÃO

As massas populares alentejanas reafirmaram mais uma vez, na passada terça-feira o seu empenhamento no processo revolucionário e o seu firme desejo de não deixar passar a reacção e a contra-revolução. Respondendo aos apelos do nosso Partido, do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Évora, do MDP/CDE, da UJC e da UEC, muitos milhares de trabalhadores — mais de vinte mil — concentraram-se, ao fim da tarde, na Praça do Geraldo: O objectivo era tomar posição firme contra a escalada contra-revolucionária, a conspiração e o avanço das forças reacçãoárias. Na mesma altura, outra manifestação, convocada pelo PS e de cariz claramente contra-revolucionário, realizava-se junto do quartel-general não chegando a reunir mais do que algumas centenas de pessoas, na sua maioria grandes agrários que, por ser dia de feira, estavam na cidade.

A manifestação unitária da classe operária alentejana, dos camponeses, do povo trabalhador do distrito de Évora, foi uma extraordinária prova de vitalidade e da combatividade das forças progressistas, do seu empenho em esmagar a reacção e a contra-revolução, da sua firmeza em impedir a divisão das massas populares e do MFA. Na passada terça-feira e perante a ameaça de acções reacçãoárias e contra-revolucionárias, pode dizer-se que o povo trabalhador alentejano mostrou mais uma vez a sua firme dis-

posição de não deixar passar a reacção.

«O povo exige unidade no MFA!»

E a moção aprovada na grande manifestação unitária das massas populares do distrito de Évora prossegue: «Desenvolvem grande campanha de intrigas e mentiras, procuram enleiar o MFA na confusão, separá-lo do Povo e acabar com ele. O documento Melo Antunes», que estão a fazer aprovar nas Forças Armadas, é uma manobra de grande estilo, altamente perigosa, que visa liquidar o papel revolucionário do MFA e voltar as Forças Armadas contra o Povo Português e contra a Revolução. «Sem o seu braço armado, unido e fiel ao Povo, a Revolução não avança, perde-se! Sem o MFA (com este ou outro nome), não temos Revolução, teremos a contra-revolução! Sem MFA não teremos Governo com força para governar, e a experiência está a ensinar ao nosso Povo que quanto mais se divide e se enfraquece o MFA, mais avança a contra-revolução, menos força tem o Governo para governar. Aquelles que gritam pelo «apartidarismo» do MFA são os que mais batalham para a sua divisão e mais o enleiam nas teias do partidarismo dos partidos que estão contra o processo revolucionário.

«O Povo trabalhador, milhares de pessoas concentradas hoje nesta cidade elevam a sua voz para afirmar com determinação: Defendemos a Revolução do 25 de Abril! O Povo exige unidade no MFA! Daqui dirigimos o nosso apelo: soldado amigo, não volteis

a tua arma contra a Liberdade, contra o teu Povo, contra a tua Revolução! Chegou a hora de todos os portugueses que estão com a Revolução unirem as suas forças para esmagar a contra-revolução e a reacção. Se não o fizermos, em breves dias será tarde.

«O Povo Português, em aliança com os militares patriotas, têm força para esmagar os inimigos da Revolução e defender as conquistas do 25 de Abril, e fazer avançar todo o processo revolucionário, com armas na mão se a situação o exigir. A nossa história e a nossa vida não faz sentido, se temos de voltar de novo a viver longos anos sob a escuridão da noite fascista, com terríveis sofrimentos para o nosso Povo. A coragem e o espírito de determinação dos bravos capitães da madrugada do 25 de Abril devem estar bem vivos no espírito de cada cidadão português, amigo da sua Pátria e da Liberdade. Se a defesa da Revolução e o seu avanço exigirem pegar em armas, os trabalhadores e o povo alentejano estão prontos a fazê-lo já hoje.»

Esmagar a contra-revolução e prender os conspiradores

«Para terminar, afirmamos: Para terminarmos aqui os conspiradores: — Unidade no MFA. Combater com firmeza toda a conspiração que visa acabar com o MFA, voltar as Forças Armadas contra o Povo e contra a Revolução;

— A existência de um Governo com poder operativo capaz de responder às grandes e históricas tarefas da Revolução portuguesa;

— Reorganização e saneamento do aparelho estatal, no sentido do pôr ao serviço da Revolução;

— Esmagar rapidamente a contra-revolução e prisão dos conspiradores. Só há dois caminhos: a Revolução ou a contra-revolução;

— Desenvolver esforços para agrupar e unir numa grande frente unitária todas as forças verdadeiramente revolucionárias;

— Levantar por diante a Reforma Agrária, novas nacionalizações, a criação de um forte sector estatal na indústria, na agricultura e no comércio. Pelo reforço da aliança Povo-MFA. Viva Portugal Democrático a caminho do Socialismo!»

Reforçar a aliança Povo-MFA

Após a aprovação desta moção, os milhares de manifestantes, demonstrando grande combatividade e espírito aguerrido na denúncia das manobras reacçãoárias e contra-revolucionárias, percorreram algumas das artérias da cidade. A certa altura, os manifestantes, gritando palavras de ordem em que salientavam a necessidade do reforço da aliança Povo-MFA, concentraram-se junto ao Quartel do Regimento de Infantaria 16. Aqui, o comandante da unidade dirigiu às massas populares em manifestação algumas palavras, nas quais destacou a aliança Povo-MFA.

Dia do Emigrante

GRANDE MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE POVO-MFA

Os dois tractores, adquiridos através de uma campanha de fundos promovida pela Comissão Consultiva dos Trabalhadores Emigrados em França, nas mãos do povo trabalhador dos campos serão instrumentos valiosos na batalha da produção, por cujo sucesso passa o avanço do processo revolucionário. Estes tractores, que nas Comemorações do Dia do Emigrante, a multidão fez desfilar desde a Praça de Londres até ao Estádio 1.º de Maio, são o símbolo da profunda unidade de objectivos dos trabalhadores portugueses, quer dos que vivem no interior do País, quer de quantos o fascismo fez emigrar em busca do que a terra natal lhes negava.

Encabeçando a grandiosa manifestação, os dois tractores que os emigrantes ofereceram a cooperativas agrícolas de produção, entraram no

Estádio 1.º de Maio cerca das 18 horas onde uma grossa multidão aguardava os manifestantes. Cartazes assinavam a presença de operários das fábricas Renault de Paris, da Associação Encontro Português de Putereux, de Toulouse e de outras organizações e núcleos de emigrantes. Bandeiras hasteadas pelos manifestantes falavam dos anseios dos portugueses patriotas: «Por uma democracia popular», «Por um Portugal onde não precisemos de emigrar». Palavras de ordem de afirmação da aliança entre as massas populares e o MFA e de firmeza nos objectivos revolucionários foram gritadas em ritmo de entusiasmo: «O Emigrante está com o MFA», «Soldado Amigo», «O Povo Está Contigo», «Avante pela Reforma Agrária, a terra a quem a trabalha», «Socialismo só há um, o do povo mais nenhum».

Das mãos dos trabalhadores emigrantes que os conduziam, os tractores passaram para as mãos de um soldado, um marinheiro, um militar da Força Aérea, num momento de grande vibração. Com este acto simbolizou-se a aliança do Povo com o MFA, reconhecendo-se a este como uma das componentes indispensáveis ao processo revolucionário. Após terem circundado o estádio, os elementos das Forças Armadas, fizeram entrega dos dois tractores aos representantes de duas cooperativas agrícolas; a de Salvador Pomar, de Santiago do Escoural, concelho de Montemor-o-Novo e a dos Remeiros de Vale de Sousa, Lousada.

Entretanto, um helicóptero da Força Aérea inundava o Estádio de milhares de cravos. O entusiasmo aumentou e as manifestações de apoio ao MFA recrudesceram. Homens, mulheres e crianças corriam pelo estádio de braços abertos para colher os cravos distribuindo-os depois em gestos de amizade.

A revolução não pode permitir a contra-revolução

António Ribeiro, membro da Comissão Consultiva dos Trabalhadores Emigrados em França, abriu o comício com alguma emoção que se espalhou entre os presentes que acolheram as suas palavras com significado aplauso. Desta intervenção, destacamos algumas passagens: «Para o regresso massivo, que desejamos, ainda não chegou a hora; a reacção não



Os tractores, oferecidos pelos emigrantes, quando desfilavam no Estádio 1.º de Maio

vence a revolução, mas tem conseguido atrasá-la, complicar-lhe a vida. Se todos se batesssem pela batalha da produção, em vez de mobilizarem os nossos camponeses contra o MFA, dizendo-lhes que vão ficar sem a terra; se todos se unissem, em vez de se dividirem entre crentes e aiatas, entre socialistas em liberdade e socialistas verdadeiros; se todos pusessem os interesses imediatos de Portugal à frente de tudo o resto; se todos se mobilizassem, forças e vontades, para dar ao Portugal democrático as bases com que se há-de construir o Portugal socialista então sim, criar-se-iam, pouco a pouco, complexos industriais que poderiam utilizar os emigrantes operários industriais, lançar-se-ia o plano de construções e de habitações que chamaria ao País a massa de emigrantes que trabalham na construção civil, por esse mundo fora. «Terão que ser os próprios emigrantes a encontrar formas de intervenção nos órgãos do Estado, para que estes estejam mesmo ao serviço de todos nós.

«O V Governo Provisório deverá, resolver os nossos problemas e ter em conta as comissões representativas de emigrantes, que se integram no espírito das propostas de organização popular aprovadas pelo MFA.»

Insistindo na necessidade de proceder-se a um efectivo saneamento nas embaixadas e consulados, única medida eficaz para que a Revolução possa encontrar formas para vir ao encontro das carências dos emigrantes, António Ribeiro salientou a necessidade de se formar uma frente popular e revolucionária que se oponha à frente única dos exploradores capitalistas. Em curtas intervenções os elementos das cooperativas agrícolas agradeceram a oferta dos dois tractores que em terra portuguesa irão ajudar a semente um novo País sem fome e onde caibam todos os trabalhadores portugueses. Ambos convidaram os emigrantes a visitarem as cooperativas, daqui a um ano, para verem como a sua oferta será uma ferramenta, empunhada revolucionariamente, na batalha da produção. «A Revolução não se faz só em Portugal, mas também com todos os emigrantes», disse a iniciar a sua intervenção, o tenente Zambujo, da Comissão Coordenadora do MFA. Referindo-se à campanha de falsidades movida pela reacção nacional e internacional junto dos emigrantes, o tenente Zambujo afirmou que nos países socialistas não se verifica nem desemprego nem emigração e concluiu:

«Prometemo-vos a todos que lutais em Portugal pelo bem-estar e felicidade do nosso povo, toda a nossa ajuda, com o envio das nossas economias, com o desenvolvimento de campanhas de solidariedade para com a nossa Revolução com a nossa vigilância aos maneios contra-revolucionários da maia fascista que fugiu para o estrangeiro.

«Prometemo-lo e havemo-lo de o fazer, porque a nossa vontade é férrea. «Estamos todos aqui para apoiar o MFA se hoje formamos um exército de homens de trabalho no estrangeiro, amanhã se necessário for, devemos formar um exército armado, para que, lado a lado com o MFA possamos defender a Revolução. Esperemos que não seja necessário, mas toda a nossa vigilância, essa, sim, será necessária para esmagar a nascedeira qualquer tentativa de contra-revolução.

«No Portugal democrático não pode haver liberdade para o fascismo. O MFA que, em 25 de Abril de 1974, tirou o

poder político ao fascismo, não pode deixar em liberdade, os incendiários, os criminosos fascistas que em nome da liberdade se foram organizando e são já hoje, claramente, a contra-revolução em marcha. A Revolução não pode permitir a contra-revolução. Unamo-nos, verdadeiros defensores da liberdade, e o fascismo não passará!

«Por um lado, estamos a construir as condições que possibilitem o regresso dos emigrantes ao nosso país e, por outro lado, queremos construir um País novo, democrático e socialista, em que o Povo não precise de emigrar.»

Um novo país onde caibam todos os portugueses de boa vontade

A terminar o comício que antecederia um animado convívio com a presença da Banda do RALIS, e o Grupo Militar «Alerta Está» e de vários cantores e poetas, o ministro do Trabalho, major Costa Martins, em representação do Primeiro-Ministro, general Vasco Gonçalves, depois de ter saudado todos os trabalhadores portugueses, independentemente do local onde trabalham e dos seus credos religiosos ou políticos, declarou:

«Muitos foram os portugueses trabalhadores que tiveram de partir para outros países, como forma de garantia da sua própria subsistência. No entanto, o patriotismo sempre foi sentimento profundo dos portugueses, por isso muitos são os que pretendem regressar à sua terra natal depois de, ao longo de muitos anos e muito esforço, terem conseguido arranjar, no estrangeiro alguns fundos que lhes permitiram, em alguns casos, a justa aquisição, em

Portugal, de uma casinha ou de um bocado de terra ou, ainda, o amellar de algum dinheiro.

«Há quem tenha espalhado no meio dos emigrantes o espantoso de que esses bens lhes serão retirados; podeis estar certos de que os vossos haveres serão, intransigentemente, defendidos na vossa posse; foram adquiridos à custa do vosso trabalho, do vosso esforço, do vosso suor, do vosso sacrifício. Construamos, pois, um novo País onde caibam todos os portugueses de boa vontade e criemos as condições que permitam a absorção, no futuro, de todos aqueles que, pretendendo viver neste Portugal, foram forçados a abandonar as suas terras e, em muitos casos, as próprias famílias.»

E a concluir:

«Foi com grande satisfação que compareci neste local junto dos trabalhadores portugueses que acabam de demonstrar por obras e não por palavras que estão verdadeiramente interessados em participar na construção do nosso País. Mas não quero deixar de louvar este acto de solidariedade no encontro com os vossos companheiros em Portugal, que labutam nos campos e aos quais foram oferecidos, por vos, estes tractores que melhorarão bastante as condições de trabalho e os métodos dos vossos companheiros e contribuirão para um melhor desenvolvimento nacional. Há que salvaguardar o espírito de solidariedade e de boa compreensão entre os portugueses que estão verdadeiramente interessados na construção de uma sociedade fraterna e justa. Vivam os trabalhadores emigrantes! Vivam todos os trabalhadores portugueses! Viva Portugal livre e independente!»

DOS TRABALHADORES BANCÁRIOS AOS EMIGRANTES

Unidade na acção para derrotar as forças contra-revolucionárias e edificar um país que não expulse os naturais, que lhes não negue o trabalho e o pão, eis a identidade de objectivos que anima os trabalhadores portugueses, dentro e fora do País, imagem de todo um povo que se afirma disposto a conquistar a liberdade e a democracia, rumo ao socialismo. Testemunho desta unidade e da urgência de a cimentar em bases sólidas, nas quais a reacção esbarre, é a carta dos trabalhadores bancários aos emigrantes, que reproduzimos na íntegra:

«Dirigimo-te a ti, de trabalhador para trabalhador, porque muita coisa mudou no nosso país, desde o dia 25 de Abril de 1974. Hoje, nós, trabalhadores, temos uma palavra a dizer sobre a nossa vida e sobre o nosso trabalho — o controlo do dinheiro que está na banca.

«Há tempos deixaste Portugal para ir oferecer a força do teu trabalho ao estrangeiro, a fim de poderes alcançar para ti e para os teus melhores condições de vida. Isso aconteceu porque as riquezas que se criavam nas fábricas e nos campos deste país eram gastas pelos grandes proprietários na sua vida de ricos e não no desenvolvimento do nosso país. O dinheiro que, com tanto sacrifício, colocavas a guardar na banca era empregue abusivamente na bolsa, na compra de acções pelas Champalmoude e Espiritos Santos. Ou então na compra e venda especulativa de terrenos para construção, fazendo com que as rendas de casa tivessem o preço que têm.

«Hoje, o dinheiro que existe na banca está a financiar empresas onde os trabalhadores são senhores dos seus destinos. Ou está a ser empregue no Crédito Agrícola de Emergência na compra de adubos, alfaias e sementes que permitirão que os nossos campos se tornem florescentes.

«Amanhã, com a acção de todos nós, o dinheiro que existe nos bancos será empregue na construção de fábricas, de escolas e hospitais, de habitações para o povo e não para lucro dos ricos, enfim, no verdadeiro desenvolvimento de Portugal.

«Dizem que o dinheiro que põe nos bancos portugueses corre o risco de deixar de ser teu. Nós garantimo-te que isso é mentira e que, aliás, nunca permitiríamos que tal acontecesse. Dizem-te que este nosso Portugal caminha para a desgraça e nós garantimo-te que quem vai para grandes crises são os países capitalistas. Quantos desempregados, quanta miséria já há no país onde vives? Em Portugal agora também há desemprego e miséria. Isso deve-se ao sistema capitalista que estamos a combater e a sabotagem dos grandes senhores que ainda existem no nosso país.

«Se nos unirmos todos, emigrantes e trabalhadores da banca, operários e camponeses, soldados e marinheiros, Portugal vencerá a crise e será o país de todos nós.»

UNIDOS DENTRO E FORA DO PAÍS — VENCEREMOS!

A escalada de ocupações selvagens, que vêm a verificar-se nos últimos tempos, determinada em grande parte pela terrível carência habitacional herdada do sistema fascista, utilizada pela propaganda reacçãoária junto dos trabalhadores emigrantes, com o criminoso objectivo de os divorciar das profundas transformações político-sociais que ocorrem no nosso país e no sentido de construir uma vida melhor para todos os trabalhadores portugueses, determinou uma tomada de posição por parte do COPCON, de que reproduzimos alguns extractos e para a qual chamamos a atenção dos emigrantes:

O plano para a concretização da aliança MFA-POVO, impõe uma colaboração muito estreita entre as comissões de moradores e as unidades militares, o que irá

permitir a continuação da resolução dos problemas de habitação social, entre outros, em moldes diferentes, cujo estudo está em desenvolvimento para aplicação a curto prazo.

O COPCON confia inequivocamente no bom senso das populações e na colaboração autêntica, dinâmica e honesta das comissões de moradores, as quais deverão impedir a todo o transe quaisquer ocupações selvagens, nomeadamente habitações de emigrantes ou de ausentes temporariamente das suas residências, para que possa ser diminuída a estabilidade emocional das pessoas necessas de que as suas casas sejam ocupadas.

O COPCON continuará lutando denodadamente pela resolução do problema habitacional, mas não pactuará, de forma alguma,

com oportunismos que, na sua perspectiva, se inserem, sem dúvida, no âmbito das actividades contra-revolucionárias, que temos o dever de combater.

Comunicado do COPCON de 7 de Agosto de 1975.

O mais belo exemplo de unidade

Os emigrantes portugueses, que o fascismo empurrou para o estrangeiro e que a reacção, hoje, alveja também no esforço desesperado de os voltar contra os seus compatriotas e contra o processo revolucionário em curso, em documento da Comissão Consultiva dos Trabalhadores Emigrados em França e distribuído no passado dia 10, Dia do Emigrante, no Estádio 1.º de Maio, reafirmam a inquebrantável disposição

de lutarem, ombro a ombro, com todos os trabalhadores que vivem no País pela revolução, contra a reacção.

Depois de resumirem as duras condições de vida e de trabalho de quantos emigraram de um país de opressão e de exporem os sofrimentos dos homens, das mulheres e das crianças que a exploração apartou para os lançar numa outra exploração, os emigrantes, dirigindo-se a todo o povo trabalhador, concluem:

«Que esperamos todos nós do 25 de Abril, que esperamos dos homens que libertaram Portugal do fascismo?»

O 25 de Abril foi feito para acabar com estas e outras injustiças; foi feito para que as famílias vivam com seres humanos e não como animais separados uns dos outros; foi feito para

GRANDE COMÍCIO EM ALCOBACA NO PAVILHÃO GIMNODESPORTIVO

SÁBADO, DIA, 16, ÀS 21 e 30

O PROCESSO REVOLUCIONÁRIO E OS QUADROS TÉCNICOS

• Desperdiçar energia e competência não é forma de unir os trabalhadores

Aliados na luta comum são uma necessidade para a classe operária. Desse aliado fazem parte, de pleno direito, ao lado das restantes classes trabalhadoras, dos pequenos e médios comerciantes e industriais, dos pequenos e médios agricultores, os chamados quadros técnicos. Pessoal com cursos médios ou de formação universitária, os técnicos das mais variadas profissões não são já hoje, na sua grande maioria, aqueles braços direitos dos grandes capitalistas com todas as ambições pessoais satisfeitas mediante a total confiança que mereciam dos exploradores e do seu regime terrorista. Assalariados, integrados em associações sindicais, técnicos são imprescindíveis para a construção do socialismo.

É necessário fazer um esforço permanente para integrar todos esses trabalhadores altamente qualificados, no contacto directo com as massas, não deixando essa tarefa apenas ao cuidado dos quadros já integrados no processo revolucionário como trabalhadores ao lado dos restantes trabalhadores.

Reconhece-se que, por vezes, surgem situações de confrontação em que os quadros técnicos são marginalizados, com os inerentes efeitos negativos no desenvolvimento económico em curso. Radicalização neste campo podem assumir carácter contra-revolucionário, na medida em que atrasam o processo decorrente. Este aviso, a que se deve dar uma permanente atenção, foi lançado no I Encontro dos Quadros Técnicos, realizado recentemente em Lisboa com mais de 400 participantes. Identificações apressadas, saneamentos sem a necessária ponderação e critério, intransigências perante comportamentos pessoais, que frequentemente nada têm a ver com a consciência política, são atitudes a evitar sempre que não haja uma discussão prévia e alargada na qual se ponderem todos os efeitos, por vezes muito nocivos, ligados ao afastamento apressado deste ou daquele quadro técnico.

A organização do trabalho numa sociedade industrial obriga ao estabelecimento da hierarquia e ao estabelecimento da autoridade. A autoridade não é uma prerrogativa dos quadros técnicos. A autoridade deve ser encarada como um serviço, não pode ser repressiva, nem burocrática, antes deve ser reconhecida e voluntariamente aceite. Para tal são neces-

sários critérios justos para o estabelecimento das hierarquias. O critério-base será o da adequada competência — concluíram os quadros técnicos no seu I Encontro.

Não quer isto dizer que, em nome da competência, se abandonem os justos critérios do saneamento exigidos pelo avanço do processo revolucionário. Os reconhecimentos irrecuperáveis devem ser afastados. Aqueles que fizeram da sua vida um compromisso diário com as estruturas repressivas do regime fascista, aqueles que usam da prepotência, os corruptos, os incompetentes e os sabotadores devem ser afastados. Mas nunca se deve partir de abstrações para sanear. Os casos devem ser ponderados um por um, ouvindo os interessados e procurando, inclusive, ganhá-los para a construção da nova sociedade ao lado dos restantes trabalhadores.

A completa inserção dos quadros técnicos no movimento popular de massas, no avanço para o socialismo, não pode ser obra apenas desses mesmos quadros. Passa necessariamente por uma planificação global da economia e por outras medidas, nas quais se inclui, com prioridade, a verticalização sindical, pois dela dependerá em larga escala a mais perfeita e eficaz ligação dos quadros aos restantes trabalhadores. Sindicatos fortes, onde se acabe de vez com as divisões profissionais, darão um grande impulso à completa participação dos técnicos, a todos os níveis, no processo produtivo de novo tipo, ajudando a acabar com o cunho elitista de que ainda sofrem muitas das relações entre trabalhadores.

Evitar os juízos que não assentam numa base prática, ter em atenção que a nossa via revolucionária não se compadece com desperdícios e muito menos com energias desperdiçadas em nome de critérios subjectivos, combater o desemprego, melhorar o controlo da produção, lutar contra a sabotagem interna, e externa, melhorar a qualidade das nossas mercadorias, recuar o sectarismo, aperfeiçoar a consciência política e sindical dos trabalhadores, construir, enfim, o socialismo são tarefas de todos os dias, esforços permanentes e continuados. Contribuir para afastar deles os quadros técnicos é um erro que poderemos pagar caro.



Os membros do V Governo Provisório tomaram posse perante o Presidente da República, o Primeiro-Ministro e o comandante do COPCON. Ao acto, assistiram os militares do Conselho da Revolução

A TOMADA DE POSSE DO V GOVERNO PROVISÓRIO

Tomou posse, perante o Presidente da República e o Directorio do Conselho da Revolução, o V Governo Provisório, chefiado pelo general Vasco Gonçalves.

Em relação ao anterior, o Governo recentemente empossado apresenta várias particularidades, nomeadamente a ausência de representantes dos partidos, com a óbvia exclusão dos ministros sem pasta, e a criação dos lugares de vice-Primeiros-Ministros, que são ocupados pelo professor Teixeira Ribeiro e pelo tenente-coronel Arnão Melo, que no anterior Governo ocupava a pasta da Administração Interna.

Do anterior elenco governativo transitaram para o V Governo Provisório, ocupando as mesmas pastas, os comandantes Silvano Ribeiro e Correia Jesuino, os maiores Costa Martins e Emílio da Silva, o dr. Mário Murteira, o eng.ª Oliveira Baptista e o eng.ª Joaquim Fragoso.

O prof. Pereira de Moura, que no anterior Governo era ministro sem pasta, e o dr. Mário Ruivo, anterior responsável da Secretaria de Estado das Pescas, passaram a ocupar, respectivamente, as pastas dos Assuntos Sociais e dos Negócios Estrangeiros.

Finalmente, a Administração Interna ficou a cargo do major Cândido de Moura, a Justiça tem como novo ministro o desembargador Rocha e Cunha, o capitão-tenente Quirino de Brito é o novo responsável pela Indústria e Tecnologia, o Comércio Externo está a cargo do dr. Domingos Lopes, enquanto o novo ministro do Equipamento Social e Ambiente, ocupando interinamente a pasta dos Transportes e Comunicações, é o eng.ª Oliveira e Sá.

Registe-se ainda que foi extinto o Ministério da Coordenação Interterritorial, criando-se a Secretaria de Estado da Descolonização, cujo responsável é o dr. Ferro Ribeiro. Por último, o dr. Macaísta Malheiros foi nomeado ministro do Comércio Externo.

ção viável para o período a que se destina: a que se considerou melhor, no emaranhado dos condicionamentos delicados que emergem de uma revolução, rumo ao socialismo.

Referindo-se mais concretamente ao novo Governo, o general Costa Gomes acentuou: «Emposso um Governo de homens que tiveram a coragem e a dedicação de servir o País, no período difícil que vivemos, e que cumprirão bem, ao pautar, apartidariamente, os seus procedimentos, afirmando as suas decisões apenas pela vontade e interesses do povo».

«Os membros deste V Governo é-lhes reconhecida, a partir da sua competência técnica e a nossa confiança política no seu espírito de militância e sacrifício, traduzidos na aceitação patriótica desta difícil missão», salientou Costa Gomes, que prosseguiu:

«Em termos de futuro imediato seguir-se-á um período de acção governamental que desejamos dinâmica e fértil, dentro das linhas de acção que adiante se referem».

Após ter tecido algumas breves considerações sobre o ritmo da revolução, o Presidente da República asseverou: «Este V Governo não tem uma tarefa espectacular, mas sim a marca generosa do sacrifício de quem quer um socialismo ao serviço do povo. Não esperamos dos novos membros a manobra de eruditas linhas governamentais mas o trabalho árduo, sem repouso, de quem, ao serviço do povo, se propõe a resolver com senso e firmeza da administração corrente, com o sentido exacto do gestor eficaz».

Finalmente, e após algumas considerações sobre a crise económica, as relações económicas externas, a política internacional, a crise de autoridade, o Presidente da República terminou a sua intervenção formulando três esperanças: fim das situações de confronto violentas, apelo à coesão e patriotismo das Forças Armadas e confiança no papel dos partidos políticos.

Vasco Gonçalves: «Combate aos fenómenos de neofascismo»

«Com a tomada de posse do V Governo Provisório, damos um passo importante para a superação de mais um momento difícil da nossa revolução. As dificuldades na formação deste Governo, mais não são que reflexos dos problemas cada vez mais complexos que a marcha do processo revolucionário nos traz, começou por afirmar o general Vasco Gonçalves, Primeiro-Ministro do V Governo Provisório.

Prosseguindo, salientou o general Vasco Gonçalves: «Neste momento e aproveitando uma conjuntura particularmente complicada no desenvolvimento do nosso processo revolucionário, em que as dificuldades económicas resultantes do desmantelamento do sistema económico velho, da crise do capitalismo internacional, dos erros por nós cometidos se entrelaçam com a grave situação em Angola, com o aumento das pressões internacionais sobre o nosso País e com a incapacidade das forças a quem a Revolução objectivamente serve para encontrarem um caminho firme de consolidação e avanço neste processo de transição para o socialismo, as forças reaccionárias, as forças que não pretendem a construção do socialismo em Portugal desencadearam uma forte ofensiva que tem dependido com aliados onde devia ter inimigos jurados».

Enumerando os sectores que serão privilegiados pelo seu Governo, o general Vasco Gonçalves destacou: «Temos também consciência que o mundo rural, tradicionalmente sacrificado, pouco beneficiou no aspecto económico com a libertação política iniciada em 25 de Abril de 1974, alargando-se mesmo as diferenças de nível de vida relativamente às populações urbanas. Por isso o nosso esforço irá incli-

dir, prioritariamente, no sector agrícola».

Seguidamente, o Primeiro-Ministro acentuou: «É pois necessário que os trabalhadores dos outros sectores da vida nacional ponderem a actual situação e sejam realistas. A grande tarefa do momento, para todos os portugueses conscientes e patriotas, é a de conquistar mais revolucionários para a Revolução».

No seu discurso, o general Vasco Gonçalves focou especialmente as actividades reaccionárias: «Outra tarefa que se colocará a este Governo em estreita colaboração com as Forças Armadas e com o Povo Português será a do combate sereno mas firme às forças reaccionárias. No combate aos fenómenos de neofascismo que ultimamente se têm multiplicado no nosso País serão usadas severidade na repressão e determinação na tomada de medidas que tornem irreversível a construção do socialismo em Portugal, única forma de afastar para sempre o perigo do re-

nascimento da opressão fascista».

E o general Vasco Gonçalves prosseguiu: «Aos trabalhadores portugueses que nos têm dado os melhores exemplos revolucionários caberão as principais tarefas na construção do socialismo. Mais do que nunca o momento exige-lhes realismo reivindicativo, defesa da sua unidade de classe e construção da unidade indispensável com os trabalhadores do campo, com a pequena burguesia e com sectores da média».

A finalizar, o Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves acentuou: «A todos os portugueses e forças políticas patriotas e progressistas, ao Povo Português, faço um apelo à reconciliação, à unidade em volta das Forças Armadas — garantidas do processo revolucionário e da democracia, à construção de uma frente que englobando todos os portugueses que têm por objectivo a «difusão do socialismo em Portugal torne irreversível o processo revolucionário iniciado a 25 de Abril».

CONTROLO OPERÁRIO

LINHAS DE ACTUAÇÃO E PROPOSTAS PARA O SECTOR DA INDÚSTRIA NAVAL

O Conselho de Defesa dos Trabalhadores (CDT) da Lisnave, numa análise profunda e actualizada dos factores que influenciam a situação na empresa e das perspectivas que se lhe deparam em relação ao mercado de construção e reparação naval, reivindica um programa nacional de reestruturação e planificação daquele sector da indústria e apela para a implantação do controlo operário a nível nacional, preconizando, desde já, que se desenvolvam todos os esforços para a criação dos seguintes órgãos de trabalhadores: Conselho Nacional de Controlo da Indústria de Construção e Reparação Naval (composto por delegados de todos os estabelecimentos portugueses); Conselho Nacional de Controlo da Produção das Empresas do Grupo CUF; Conselho Nacional de Controlo da Produção da Indústria Portuguesa.

O CDT submete aos trabalhadores da Lisnave 34 «conclusões» com base nos factores de ordem externa e interna que condicionam o normal aproveitamento da capacidade produtiva com o objectivo de pôr cobro a um processo de degeneração socioeconómica da empresa como consequência da crise que abala o capitalismo monopolista internacional e que conduzirá inevitavelmente, a curto ou médio prazo, à situação de desemprego generalizado.

Depois de referir os primeiros sintomas alarmantes da crise, surgidos nomeadamente durante o processo Erlksberg, (encomendas sucas) cuja neutralização se deve à firmeza das posições assumidas pelos trabalhadores da Lisnave, o CDT, alarmado com a crise de trabalho que afecta a empresa e tendo

por extremamente preocupante o agravamento verificado nos últimos meses, apela para a prossecução de mercados entre os países socialistas e os países em vias de desenvolvimento, visto que os mercados capitalistas tradicionais não oferecem confiança, nem aos trabalhadores nem ao País, tanto pelas dificuldades que atravessam como pelo boicote deliberado que têm empreendido contra nós.

Embora não esquecendo condicionamentos e dependências perante o capitalismo estrangeiro, tanto em capital como em tecnologia e matérias-primas, o Conselho de Defesa dos Trabalhadores (CDT) acentua que a prossecução desses novos mercados, alheios ou adversos ao imperialismo, passará obrigatoriamente pela reconversão das grandes unidades de produção e pela inserção das pequenas e médias unidades num esquema de planificação.

As causas da crise energética que abala o mundo ocidental — lembra o CDT — têm origem no modo de produção capitalista, pondo em evidência a sua incapacidade de desenvolvimento, equilibrado. A forma particularmente aguda de que essa crise se reveste no sector petrolífero acentua ainda mais profundamente o fracasso da política de exploração desenfreada do imperialismo — acrescenta o Conselho.

Perante estes factos, que o CDT comprova no documento a que nos vimos referindo com ampla amostra de dados objectivos e cálculos exactos surge, em face da análise da situação nacional, a necessidade da institucionalização e aplicação a curto prazo do Programa de Reversão, Unificação e Controlo do Sector de Construção e Reparação Naval, bem como a criação imediata de uma Comissão Instaladora a nível nacional que, como sublinha especialmente o CDT, deve ser constituída por delegados das comissões de trabalhadores de todas as unidades produtivas do sector.

Pela sua complexidade e decisiva importância, estas tarefas, estas funções eminentemente revolucionárias exigem uma eficácia a que só o empenhamento de todos os trabalhadores organizados poderá corresponder. Por isso, o CDT assinala que o controlo terá de estar implantado nas bases e ter as suas raízes na própria experiência da luta dos trabalhadores, obedecendo a

regras bem definidas de organização, baseadas no princípio do centralismo democrático.

É reconhecida, portanto, a necessidade de reestruturar imediatamente o próprio Conselho de Defesa dos Trabalhadores, assunto a que é dedicada grande espaço nas Linhas de Acção que vimos citando. Para as pôr em prática, além dos princípios já referidos, o CDT da Lisnave recorda que terá de articular a sua actividade com a Comissão Sindical, cujos representantes farão parte do Conselho, criando-se assim um órgão que, pelas suas funções e capacidade, terá um papel decisivo no lançamento das bases para a construção da sociedade socialista.

Decisivo será esse papel porque o controlo dos tra-

balhadores competirá, além das funções específicas o combate à política económica dos capitalistas (ao nível da empresa e do sector nacional da construção e reparação naval) a luta contra o «lock-out», o boicote e a sabotagem económica, ao derrotismo, ao boato, a luta pela garantia de emprego, pondo necessariamente em causa os critérios até agora em vigor na aplicação da mais-valia produzida.

Esta deve ser aplicada na criação das condições que permitirão aos trabalhadores dirigir a economia pondo-a ao serviço do povo português. Só assim caminharemos para a sociedade sem classes, para o fim da exploração do homem pelo homem, para a construção do socialismo.

Costa Gomes: Decisão segundo interesses do povo

No decorrer da tomada de posse, à qual estiveram presentes os membros do directorio e militares do Conselho da Revolução, usaram da palavra os generais Costa Gomes e Vasco Gonçalves. O Presidente da República, no seu discurso, começou por afirmar:

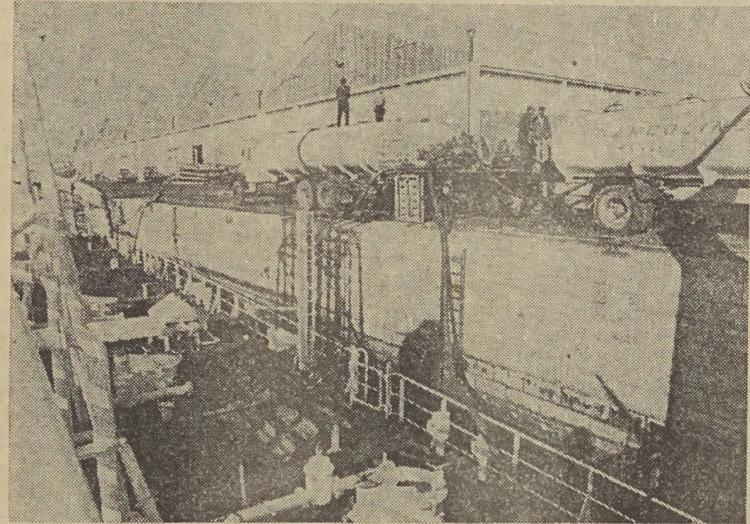
«Cumpro-me apresentar-vos em termos reais a solução encontrada para ultrapassar esta longa crise política, cujos custos materiais e sobretudo humanos necessitamos de reconhecer e lamentar».

E, mais adiante, prosseguiu o general Costa Gomes: «Tornou-se meridionalmente claro que quando homens e partidos substituem a luta política e ideológica legítima pela ambição do Poder intoxicam a sociedade com o vírus da violência e da convulsão».

Após ter alertado para a transitoriedade da solução encontrada, necessária, segundo afirmou para uma construção mais definitiva, o Presidente da República afirmou mais adiante:

«Rejeitada desde sempre a hipótese de uma ditadura militar, apresenta-se uma solu-

VINHO PORTUGUÊS PARA A RDA



Na passada semana, e fruto das relações de amizade e de cooperação actualmente existentes entre Portugal e os povos livres de todo o Mundo, nomeadamente os povos dos países socialistas e do Terceiro Mundo, um barco veio a Lisboa para carregar para a República Democrática Alemã alguns milhares de hectolitros de vinho.

A compra, pela RDA, do vinho português insere-se num plano de vastas relações comerciais entre aquele país socialista e Portugal e será acompanhada pela troca de produtos comerciais noutras campos da actividade.

A cooperação económica com todos os países do Mundo, nomeadamente com os socialistas, é um dos traços fundamentais da nova política portuguesa e corresponde aos desejos de amizade do Povo Português com os seus irmãos trabalhadores de outros países.

DEMOCRACIA SOCIALISTA

V.I. LENINE

FESTA POPULAR EM ALDEIA NOVA DE SÃO BENTO

Nos dias 15, 16 e 17, Aldeia Nova de São Bento, uma das aldeias mais comunistas do Alentejo, estará em festa. Mais de um milhar de aldeanenses residentes nos arredores de Lisboa reunir-se-ão ali, numa festa de confraternização proletária que será uma festa «de unidade revolucionária e de fé num país novo, rumo ao socialismo».

A caravana aldeanense, ida de Lisboa, fará entrega ao povo de Aldeia Nova de uma ambulância

comprada com donativos dos trabalhadores locais, de emigrantes da Alemanha e de filhos da terra, residentes na Amadora, Moscavide, Alverca, Carnaxide, Gamarete, Carriñque, Tires, Almada, Cruz Quebrada e Popo do Bispo.

Amanhã, integrada no programa da festa do povo de Aldeia Nova de São Bento, realizar-se-á uma sessão de esclarecimento com a presença do nosso camarada Miguel Urbano Rodrigues.

Problemas Políticos do Movimento Comunista e Operário Internacional

COMUNISTAS E SOCIAIS DEMOCRATAS

A abolição do capitalismo numa terça parte do nosso planeta, a formação da comunidade socialista mundial e as realizações económicas e sociais do novo sistema social são o resultado da aplicação prática da ideologia revolucionária dos partidos comunistas.

Quanto à prática sociopolítica do reformismo, que se encontra na base dos programas e da actividade dos social-democratas, mostrou-se incapaz de destruir as bases da exploração capitalista e pôr fim ao poder da burguesia monopolista.

Torna-se objectivamente necessário que os partidos comunistas conjuguem dialecticamente a luta pela unidade com uma crítica efectiva do reformismo e do oportunismo.

A venda nos Centros de Trabalho do PCP e nos «estands» do «Avante!», nas Feiras do Livro de Lisboa e Populares de Lisboa e Porto.

Preço: 20\$00.
Código: 62.01.

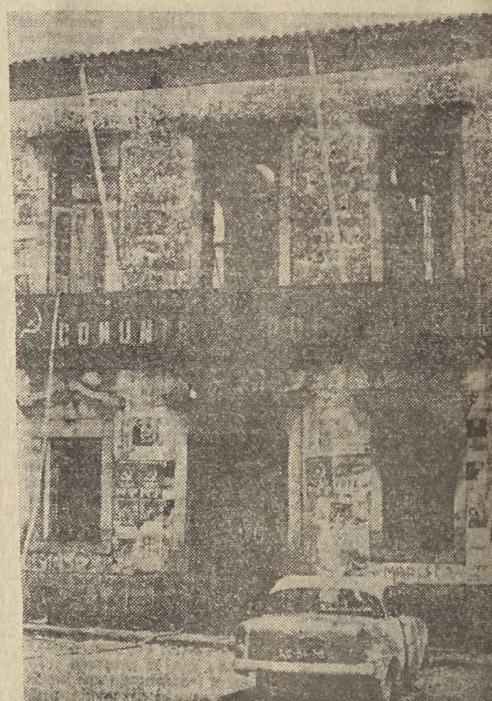
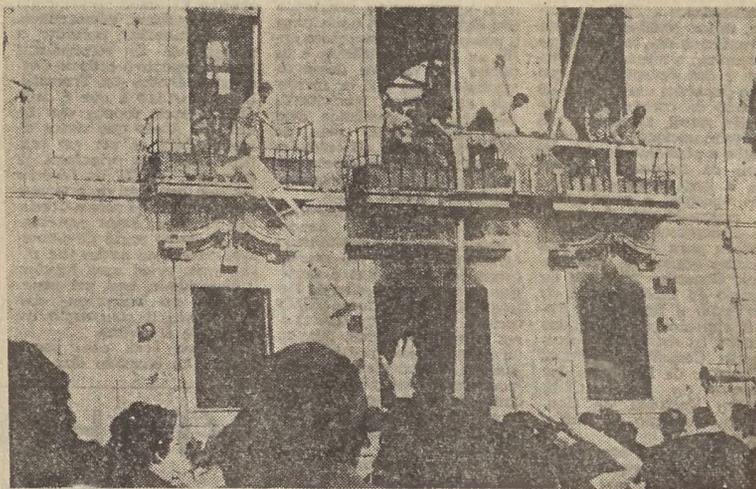
A REACÇÃO ATACA EM BRAGA



As gravuras que publicamos referem-se ao assalto do Centro de Trabalho do Partido Comunista Português, em Braga, no último fim-de-semana, logo após ter terminado uma manifestação de apoio ao episcopado.

A violência foi a nota dominante do reduzido grupo que se lançou ao assalto procurando forçar a porta do edifício. Repelidos pelos nossos camaradas os reaccionários começaram então a apedrejar o prédio e alguns arrancaram sinais de trânsito e muniram-se de outros utensílios para arrombarem a porta.

Quando se deu a evacuação do Centro de Trabalho os reaccionários penetraram no edifício — mesmo objectos sem qualquer valor como é o caso de uma banheira que se vê na gravura — numa fúria de destruição incontida. Grandes fogueiras foram ateadas com os despojos que se amontoavam na rua. Enquanto isso outros elementos lançavam a sua fúria contra as coisas que ainda resistiam como foi o caso da placa com as insígnias do nosso Partido. As ameaças e os ataques a pessoas que condenavam aquela acção sucediam-se, como foi o caso de um elemento do PS que foi barbaramente agredido e apenas se salvou devido à intervenção das forças da ordem. Tudo era retirado do interior do Centro de Trabalho e lançado para a fogueira. Dos assaltantes grande parte deles eram jovens cujas idades rondavam os 15-16 anos. Findo o assalto e depois de tudo destruído, incluindo um automóvel estacionado próximo e que os assaltantes pensavam ser propriedade de um camarada nosso, os assaltantes lançaram-se na destruição das sedes do MDF/CDE e da União dos Sindicatos de Braga e ainda do Mercado do Povo.



UNIR TODOS OS PORTUGUESES CONTRA A OFENSIVA FASCISTA

CONT. DA PAG. 1

terror. Presos, torturados, muitos perderam a vida na defesa da liberdade e da justiça, mas nunca o sacrifício das suas vidas foi motivo de desistência, antes servia para que outros camaradas ocupassem o seu lugar a fim de continuarem a batalha ininterrompida.

Desesperada, vindo próximo o fim das regalias que tinham à custa da exploração das classes trabalhadoras, a reacção — caciques locais, grandes capitalistas, latifundiários — envereda declaradamente pela violência contra-revolucionária no intuito de recuperar as posições que gozava anteriormente.

Novamente e apesar do País ter sido libertado na madrugada do dia 25 de Abril os comunistas voltam a ser alvo da violência — mas não desanimam porque sabem que apesar da luta ser difícil a vitória há-de pertencer aos trabalhadores, acabando para sempre a exploração do homem pelo homem e que neste momento, minorias desesperadas procuram manter.

Braga: Um pretexto para a violência

O Centro de Trabalho do Partido Comunista Português, em Braga, foi incendiado na manhã da passada segunda-feira depois de um cerco iniciado no dia anterior logo a seguir a ter terminado a manifestação convocada para apoiar o Episcopado.

A manifestação tinha sido convocada com vários dias de antecedência e para ela eram convidados todos os «católicos».

Verificando a situação explosiva que se vivia no distrito as comissões administrativas municipais do distrito, reunidas no Governo Civil, decidiram por unanimidade que o governador procurasse por todos os meios adiar a referida manifestação, pois se previa «que por certo a manifestação conduziria a atitudes descontroladas e a atentados contra as liberdades democráticas e contra a Revolução». No comunicado que tornaram público as comissões administrativas referiam ainda que se por acaso o governador civil, empenhando toda a sua autoridade, não conseguisse o adiamento, sejam responsabilizados os organizadores por todas as consequências previsíveis.

Com efeito, contactados os organizadores estes afirmaram publicamente que lhes seria impossível adiar a concentração e as mobilizações das populações para comparecerem no domingo em Braga continuaram.

Dias antes, camionetas percorriam as localidades vizinhas equipadas com megafones convocando as populações para a manifestação «católica» dizendo as seguintes palavras de ordem: «Os católicos não são comunistas»; «O comunismo não é católico»; «Temos de defender a Igreja»; aliás, também nas igrejas, durante as missas os padres aconselhavam as pessoas a irem à manifestação e alguns iam mesmo ao ponto de fazerem referência ao «documento dos nove». Entretanto, camionetas de carga e de passageiros foram postas à disposição de todos os que pretendiam deslocar-se para a cidade.

Uma calma fictícia

No domingo de manhã, em Braga, o ambiente era calmo. Mas era a calma fictícia que antecede as grandes tempestades. Certas frases eram sussurradas, corriam boatos, tudo indicava como realmente veio a acontecer — que a violência estalaria depois de realizada a mani-

festação de apoio ao Episcopado.

Durante a tarde, muitos jornalistas, na sua maioria americanos, dirigiram-se ao Centro de Trabalho do nosso Partido naquela cidade. Como era evidente todas as atenções estavam ali concentradas.

Pelas 19 horas, após ter terminado a manifestação, muitas pessoas se dirigiram para o largo onde estavam estacionadas as camionetas que transportaram os manifestantes. Um indivíduo estrangeiro começou a montar uma máquina fotográfica junto ao Centro de Trabalho. Entretanto, um outro indivíduo que vestia uma camisola vermelha e empunhava um pau começou com provocações a que os nossos camaradas que estavam à janela não responderam e poucos minutos depois retiravam-se fechando as janelas face à aglomeração que se começava a verificar.

Pelas 19 e 30 o Centro de Trabalho começou a ser apedrejado e os nossos camaradas fizeram então barricadas para resistir ao assalto que segundo tudo indicava se iria seguir. Utilizando a aparelhagem sonora os nossos camaradas que defendiam o Centro de Trabalho fizeram quatro apelos advertindo os presentes para que não se deixassem manobrar por provocadores.

Começaram as arremetidas no sentido de arrombar a porta, a qual acabou por ceder. Então um dos defensores do Centro disparou um tiro de caçadeira verificando-se de imediato uma acalmia. Passados cinco minutos, os camaradas cercados viram através da janela que vários indivíduos tentavam reorganizar o grupo de assaltantes.

O centro cercado

As forças da GNR compareceram no local cerca das 20 e 30, tendo sido vaiadas pelos reaccionários. Entretanto, um dos assaltantes começou a escalar o edifício para retirar a bandeira do PCP, a qual foi incendiada. Este assaltante viria a cair em consequência de um tiro que segundo tudo indica veio do exterior do edifício.

Uma hora depois os assaltantes fizeram nova investida, vendo-se os nossos camaradas obrigados a disparar novamente para evitarem que os terroristas conseguissem os seus intentos e que provocaram alguns feridos. Cerca das 22 horas chegaram ao local as primeiras forças militares do RI 8 e três oficiais entraram no edifício. Um deles, à paisana, afirmou ter presenciado tudo e confirmou que as provocações tinham partido do exterior.

Começaram as provocações aos soldados e um militar foi atingido por uma pedra. Começava a gerar-se uma certa confusão que os agitadores aproveitavam para continuarem com o apedrejamento ao prédio.

Fuzileiros e forças do COPCON, do Regimento de Cavalaria 6, vieram reforçar as tropas de Braga cerca da meia-noite; disparando rajadas dos Chaimites e lançando granadas lacrimogéneas conseguiram dispersar os assaltantes.

Era notório que o grupo de assaltantes, num número reduzido, estava completamente diferenciado das pessoas que se encontravam presentes a assistirem aos actos de vandalismo praticados. Aliás, os assaltantes gritavam histericamente frases contra os soldados, o MFA e Otelo Saraiva de Carvalho.

Depois de uma busca passada pelas forças militares que entenderam por bem levar as duas caçadeiras e alguns cartuchos que constituíram a única defesa dos nos-

sas camaradas e perante a decisão destes de não abandonarem o Centro de Trabalho, dispostos a defendê-lo, as forças militares retiraram ficando a guarda do edifício ao cuidado de seis elementos da PSP, postado em frente do Centro.

O incêndio

Cerca das quatro horas da madrugada voltou a juntar um grupo de indivíduos no local e recomeçou o apedrejamento. Na presença dos guardas da PSP um assaltante retirou os fusíveis, tendo o Centro de Trabalho ficado a partir desse momento sem iluminação. Pelas seis horas da madrugada, um grupo de assaltantes incendiou, na presença da PSP, um automóvel que julgavam pertencer a um camarada nosso, mas que efectivamente não pertencia.

As pedras voltam a ser arremessadas pelas nove horas da manhã de segunda-feira e pelas 11 e 45 os assaltantes conseguem deitar fogo ao edifício, ainda com a presença da PSP, atirando panos embebidos em matéria inflamável.

As chamas, que irromperam do rés-do-chão lavravam entretanto sem que os bombeiros que compareceram conseguissem — impedidos pelo bando de criminosos — atingir o edifício.

As tropas do RI 8 voltaram a comparecer no local bem como alguns guardas republicanos e cerca das 14 e 30 uma força de fuzileiros regressava a Braga vindo do Porto, tendo sido vaiado pelo grupo de assaltantes.

Foi preparado então um dispositivo para evacuar os nossos camaradas do local. Enquanto os soldados afastavam os assaltantes os bombeiros procederam à extinção do incêndio. Com o que restou nos escombros do centro foram carregadas duas camionetas e numa camioneta dos fuzileiros os nossos camaradas foram transportados até ao Porto.

Os reaccionários puderam então dar vasaio a toda a sua fúria de destruição. Introduzindo-se no edifício retiraram do interior tudo o que ainda encontraram e fizeram uma fogueira. Em seguida dirigiram-se para a sede do MDP/CDE, que assaltaram e incendiaram e na sua ronda de destruição encaminharam-se depois para o Mercado do Povo, recentemente inaugurado, iniciativa da Intersindical e da União dos Sindicatos de Braga e onde as empresas geridas pelos trabalhadores expõem e vendem os seus produtos destruindo os pavilhões. Também as instalações da União dos Sindicatos de Braga e a delegação da Intersindical não escaparam à fúria dos assaltantes que deitaram para a rua todo o recheio ao qual pegaram fogo.

Entretanto, no dia seguinte começava a caça aos comunistas. Muitos camaradas nossos quando se dirigiam para o trabalho eram ameaçados ou mesmo agredidos o que levou muitos comunistas a procurarem refúgio fora da cidade.

Viseu: Apoio aos «9» e assalto ao PCP

No final da manifestação de apoio ao «documento dos nove», que se realizou em Viseu e durante a qual usaram da palavra elementos do PPD, parte dos manifestantes dirigiu-se para a rua onde se encontra instalado o Centro de Trabalho do Partido Comunista gritando palavras de ordem contra os comunistas que se encontravam no interior.

Rapidamente passaram às confrontações, apedrejando o edifício e tentando assaltá-lo ao que os nossos camaradas ripostaram disparando alguns tiros. Um destacamento do RI 14 deslocou-se

para o local formando uma cintura à volta do prédio e procurando restabelecer a ordem. Como os assaltantes não mostrassem desistir dos seus intentos de destruir o Centro e atirassem garrafas cheias de gasolina com rasilhos acesos no intuito de incendiarem o prédio, conseguindo entrar no edifício onde deitaram todo o recheio pelas janelas e incendiando-o a seguir, as forças militares presentes dispararam então rajadas de metralhadora para o ar, conseguindo assim dispersar os assaltantes.

Na fuga desordenada que se seguiu ficaram feridas inúmeras pessoas.

Terrorismo em Penafiel, Monção e Porto

Na passada quinta-feira começaram a correr boatos de que o Centro de Trabalho do Partido Comunista em Penafiel iria ser assaltado. A presença de bastantes pessoas desconhecidas naquela localidade mais fazia aumentar o clima de ameaça de assalto, o que se veio a verificar pouco depois de uma hora da madrugada do dia 8, sexta-feira, quando ali se encontravam apenas dois militantes.

Nesta acção terrorista participaram diversos reaccionários detectados e que mostraram bem quais as suas intenções. Mais uma vez aqui ficou demonstrado quem na verdade está interessado em atacar o PCP: os grandes senhores da terra, os caciques, os mesmos que tentam impedir que os assalariados rurais organizem o seu sindicato, os mesmos que lutam contra a aplicação da Lei do Arrendamento Rural.

Mas estes actos vão ser severamente punidos, disso não temos dúvidas — frisa a Comissão Concelhia de Penafiel do PCP num comunicado dirigido ao povo da região. E a prosseguir são denunciados os responsáveis principais por este acto de terrorismo: **Enquanto o Augusto Vieira, o Zequinha da Farmácia, Ricardo Teles, António Marceneiro, Zé Ribeiro e outros reaccionários destacados pelas suas ligações ao fascismo, manobram as operações terroristas na sombra, o Eduardo Ferrador, o António Penas (Fifas), o Domingos Roscas, o Zé Barbeiro, além de outros, lacaios e carrascos dos primeiros, destruíram selvaticamente a propriedade alheia perante a passividade das forças da ordem.**

Entretanto, na madrugada do dia 10, pelas 2 e 30, foi de novo assaltado, por meio de arrombamento, o Centro de Trabalho do PCP, por um pequeno grupo de terroristas. Como já não havia móveis, nem bandeiras, nem propaganda — que haviam sido destruídos, no assalto anterior, os arruaceiros deram-se ao trabalho de rebentar com a instalação eléctrica, com os caixilhos das janelas, arrancar a porta e de tirar algumas telhas.

Depois disto, o mesmo grupo, pelas 3 horas, assaltou também a sede do MDP/CDE, retirando para o exterior todo o seu recheio que só não foi queimado porque, entretanto, chegaram ao local as Forças Armadas.

Acontecimentos não menos graves são os que tiveram lugar, também na madrugada do dia 10, em Monção. Um grupo de sete terroristas, um dos quais é membro da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Melgaço, assaltaram o Centro de Trabalho do nosso Partido, por meio de arrombamento. Os sete terroristas, quase todos de fora de Monção, trouxeram todo o recheio, incluindo o telefone, para a rua, e destruíram-no pelo fogo.

Ainda neste dia, pelas 5 horas da madrugada, foi incendiado por dois indivíduos o «stand» de vendas da União da Juventude Comunista, instalada na Praça da Liberdade. A Direcção Distrital do Porto da UJC, denunciando mais este acto de violência terrorista, **apela a toda a Juventude que se mantenha firme e vigilante, para que reforce a sua unidade revolucionária e antifascista.**

A reacção não passou em Fafe

Nesta localidade a ameaça de assalto ao Centro de Trabalho do nosso Partido começou a fazer-se sentir quando no dia 4, segunda-feira, um grupo de conhecidos fascistas constituído pelos irmãos Miritas, Lobo, Coutinho e Eduardo, do Café Cafelândia, e Mendes Ribeiro (este último segundo testemunhas teria participado nos acontecimentos de Ofir e Famalicão) se dirigiram ao Centro de Trabalho com ameaças e provocações e dizendo que se um comunicado da DORN que os denunciava como indivíduos ligados à reacção não fosse desmentido em 24 horas o Centro de Trabalho iria pelos ares e começaria a caça aos comunistas. Estas ameaças como era de esperar não intimidaram os nossos camaradas.

Na quarta-feira seguinte apareceu um comunicado assinado por aqueles indivíduos e no qual se preparava o terreno para o assalto ao Centro.

Com efeito, nesse mesmo dia, pelas 22 horas, um grupo de reaccionários entre os

CONTINUA NA PÁGINA SEGUINTE

SOLIDARIEDADE

1. Em muitas regiões do País, com especial incidência nos distritos de Leiria, Aveiro e Braga, e nos Açores, a reacção lançou-se ao ataque aberto contra a Revolução portuguesa e as forças revolucionárias mais conseqüentes. Investindo contra as liberdades democráticas reconquistadas pelo glorioso movimento do 25 de Abril e pela tenaz luta das massas trabalhadoras, bandos fascistas, que se pretendem confundir com as populações, multiplicam cercos, assaltos, seques e incêndios a sedes do PCP e outros partidos democráticos, assaltam sindicatos e autarquias locais, agridem e perseguem os democratas, destroem as suas casas e meios de trabalho, os seus bens e haveres, praticam atentados bombistas. Tratase de puro banditismo terrorista. A demagogia e violência fascistas querem confundir e intimidar as populações, paralisar as massas e as forças democráticas para o terror. Localidades há onde o poder se encontra hoje nas mãos da reacção fascista, onde os democratas são perseguidos, onde as liberdades e a ordem terão de ser restauradas.

2. Perante esta violenta ofensiva da mais negra reacção, os comunistas não se deixaram intimidar e têm dado inúmeras provas de valentia.

3. O Comité Central do Partido Comunista Português apela para todas as organizações, militantes e simpatizantes do Partido, para todos os antifascistas e democratas, para a classe operária e o povo trabalhador, a fim de desencadear imediatamente um poderoso movimento de solidariedade para com as orga-

dos Centros do Partido, resistindo corajosamente ao assalto dos bandos fascistas; aos militantes e simpatizantes do Partido das zonas mais duramente atingidas pela violência reaccionária; aos democratas de outras tendências, aos trabalhadores e ao povo vítima da intimidação terrorista — o Comité Central do Partido Comunista Português envia calorosas saudações de combate e a expressão da activa solidariedade de todo o Partido.

Defendendo os Centros de Trabalho do PCP, defendendo o direito dos comunistas e de todos os democratas ao exercício das liberdades, vós estais a defender a liberdade de todo o nosso povo, vós estais a defender a Revolução democrática portuguesa a caminho do socialismo, vós estais a defender o progresso, a independência e a paz do povo português. A coragem física, moral e política de que tendes dado provas é exemplo para todos os antifascistas, para as massas trabalhadoras, para o povo português.

O povo unido e em aliança com o MFA isolará e derrotará os bandos fascistas e assegurará as liberdades e a ordem democrática em todo o nosso Portugal. A reacção não passará.

nizações e militantes das zonas afectadas pela vaga terrorista da reacção:

- Que por todo o País se realizem sessões de esclarecimento onde seja denunciado o banditismo fascista e se exija a prisão e castigo dos autores e responsáveis pelos crimes cometidos!
- Que os 500 Centros de Trabalho do PCP, espalhados por todo o Portugal, ajudem à reconstrução das três dezenas de Centros destruídos!
- Que se desenvolva uma ampla acção de solidariedade e ajuda aos perseguidos e suas famílias!
- Que se angariem fundos para ajudar financeiramente as organizações atingidas!
- Que se exija a readmissão de todos os democratas afastados pela reacção dos seus empregos e funções!

O COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

(Documento aprovado na reunião do Comité Central de 10 de Agosto de 1975.)



Dois aspectos da violência fascista em Famalicão: o estado em que ficou o Centro de Trabalho do PCP após o assalto de que foi alvo por parte do bando fascista e dois carros a que os reaccionários lançaram fogo no decorrer da sua cobarda acção. Estes dois exemplos são bem elucidativos das intenções dos reaccionários e contra-revolucionários e são idênticos aos que se têm repetido em numerosas localidades do Norte e Centro do País.

UNIR TODOS OS PORTUGUESES CONTRA A OFENSIVA FASCISTA

CONTINUADO DA PÁG. ANTERIOR
quais se destacavam os irmãos Miritas e o Lobo apareceram em frente ao edifício do Centro gritando «slogans» anticomunistas e disparando tiros. Parante esta situação os nossos camaradas viram-se obrigados a reagir disparando, do que resultou a morte de um dos assaltantes e alguns feridos.

A chegada de uma força de fuzileiros que formou um cordão à volta do Centro e deitou granadas de gases lacrimogéneos conseguiu dispersar os assaltantes. Entretanto, alguns dos principais responsáveis pelos distúrbios foram presos.

Serenados os ânimos, os nossos camaradas puderam nos dias seguintes esclarecer a população relativamente à actuação daqueles indivíduos, verificando-se que a maioria não estava de acordo com actos de terrorismo semelhantes. Entretanto, continuavam as ameaças de assalto.

Os reacçãoários diziam mesmo que durante o funeral do indivíduo que faleceu iriam colocar a urna em

e Monção, foram realizados a coberto da noite por pequenos grupos de terroristas.

Efectivamente, torna-se cada vez mais claro que as massas populares não se deixaram arrastar pela histeria anticomunista, e que os terroristas são pequenos grupos isolados, constituídos por grandes capitalistas, elementos da PIDE, da Legião, da ANP, e elementos desqualificados.

A defesa da ordem democrática, continua, assim, sendo uma tarefa essencial.

Acerca dos acontecimentos ocorridos em Braga, que se revestiram da maior violência, a Direcção da Organização Regional do Norte do Partido Comunista Português, através de um documento, refere-se à atitude das autoridades militares perante o assalto e destruição do Centro de Trabalho do PCP, referindo:

Em primeiro lugar permitir que se realizasse uma manifestação que iria ser aproveitada, como foi, para cobertura de acções terroristas.

Em segundo lugar pelo

absurdos: não existirem leis que punissem os bandos fascistas; não terem meios de acção, isto depois de mandarem de regresso para o Porto a força de fuzileiros navais; ser a defesa da ordem pública da responsabilidade da PSP e da GNR, e outros que tais...

Em quarto lugar porque, tal como já o haviam feito em Famalicão, retiraram aos militantes comunistas os meios de defesa pessoal de que dispunham, entregando o Centro de Trabalho do PCP nas mãos dos terroristas.

A demissão dos responsáveis militares de Braga foi de tal ordem que os próprios soldados, quando lhes foi dada a ordem para se dirigirem para a sede do MDP, se recusaram a cumprir a ordem sem que lhes fosse permitido defenderem-se dos insultos e apedrejamentos dos terroristas.

Protestando veementemente contra a atitude das autoridades militares de Braga, a DORN do PCP frisa: Não é por acaso que os fascistas escolheram este distrito para

mento dos seus deveres e funções, particularmente no distrito de Braga. Um grupo reduzido de terroristas, que toda a gente conhece e de que as autoridades possuem as respectivas identidades, goza da liberdade de instaurar um regime de terror e de violência num número cada vez maior de localidades.

Esta situação, se não é atalhada com firmes medidas de defesa da ordem pública democrática, ameaça degenerar até limites insuportáveis.

Efectivamente a defesa da ordem pública democrática continua sendo tarefa essencial no momento presente. Há que restabelecer as liberdades democráticas nas localidades onde os grupos fascistas as liquidaram. Há que libertar as populações das ameaças permanentes dos grupos terroristas. Há que assegurar por toda a parte a segurança, os direitos e as liberdades dos cidadãos.

Assaltos e «saneamentos» no Bombarral

Também o Centro do País voltou a ser palco da violência contra-revolucionária. Desta vez, no Bombarral, onde elementos reacçãoários manipulando as populações assaltaram as sedes locais do MES e do PCP, saqueando as suas instalações e queimando todo o mobiliário e a documentação que encontraram.

Depois de consumados os ataques as Forças Armadas montaram barreiras em todas as estradas de acesso à povoação, revistando os carros que pretendiam entrar.

A agitação foi fomentada quando começou a correr o boato que um empregado de uma filial bancária iria ser saneado por pertencer ao CDS. Quando decorria uma reunião de todo o pessoal da filial do Banco Português do Atlântico para tratar do assunto, começou a juntar-se gente em frente ao estabelecimento, exigindo que aquele empregado permanecesse no seu local de trabalho, e alguns chegaram mesmo a entrar no estabelecimento afirmando «representar a vontade da opinião pública do Bombarral».

Mais tarde, quando o empregado visado veio declarar aos manifestantes que o seu caso estava resolvido e permaneceria no banco, os presentes começaram então a pedir a demissão dos restantes funcionários do banco e, posteriormente, de três funcionários e do gerente da

filial, acusando-os de comunistas.

Estes só puderam retirar-se mediante a escolta de elementos da GNR e do Exército, que compareceram.

No dia seguinte de manhã, algumas dezenas de pessoas invadiram a filial do Banco Totta & Açores para exigir o saneamento do gerente, que não se encontrava presente. Depois dos empregados terem garantido que apresentariam superiormente aquela pretensão, os manifestantes deslocaram-se para o Centro de Trabalho do nosso Partido, que invadiram e de onde retiraram todo o mobiliário e a documentação, que incendiaram em frente ao edifício. Consumada a sua fúria destruidora, os manifestantes dirigiram-se então para a sede do MES, onde procederam da mesma maneira.

Sem que tivesse diminuído a tensão, alguns dos assaltantes dirigiram-se depois para o edifício da Câmara Municipal, cujos serviços estavam encerrados, exigindo às forças militares que abrissem o portão principal, o que efectivamente veio a acontecer. Então, um pequeno grupo de manifestantes entrou no edifício e pediu a substituição da comissão administrativa da câmara.

Como o «saneamento» não foi aceite pelas autoridades administrativas, a violência voltou a repetir-se no dia seguinte, sexta-feira, exigindo os reacçãoários que a comissão administrativa fosse afastada, certamente para melhor se poderem dedicar aos seus negócios escuros, como a fabricação do vinho a martelo, especialidade de toda aquela região e que tanto prejudica pequenos e médios produtores de vinho.

Entretanto, ficou assente que a comissão administrativa continuaria em exercício até ao dia 16, data em que as comissões de moradores das freguesias irão eleger os gestores do Município.

Agressões a elementos do TEUC

Quando representavam a peça «Portugal com "P" de Povo», num campo de férias pertencente à Associação Cristã da Mocidade, os elementos do Teatro dos Estudantes da Universidade de Coimbra foram vítimas de agressões por apedrejamento por parte de uma minoria da assistência.

Num comunicado que distribuiu posteriormente, o TEUC condena a atitude «de um bando de reacçãoários

acoitados num campo de repouso da Associação Cristã da Mocidade, usufruindo ainda dos seus privilégios de classe, que a todo o custo tentam conservar».

Esses elementos, que interromperam o espectáculo com gritos e insultos, apedrejando os actores, deram

origem a uma confrontação violenta com a população local, devidamente autorizada a assistir ao espectáculo e a quem era principalmente dirigido, a qual condenou a violência da minoria.

Esclarecendo «que não nos é lícito meter no mesmo saco

todos os utentes do referido campo», o comunicado do TEUC refere ainda que entende ser seu dever «informar toda a população e denunciar publicamente as violências e prepotências que vêm sendo exercidas sobre a população de Foz de Arouce».



Em Braga, no próprio dia do assalto e destruição do Centro de Trabalho do PCP, um camarada da organização local do nosso Partido narra ao redactor do «Avante!», o desenrolar dos violentos acontecimentos. Na cara do nosso camarada de Braga é visível o desgaste provocado pelas acometidas da reacção

«É PRECISO PARALISAR OS BRAÇOS DOS AUTORES DOS MASSACRES» — apelo do PC Francês

A solidariedade do Partido Comunista Francês, como vanguarda da classe operária da França, à Revolução Portuguesa, manifestou-se logo após o 25 de Abril de uma forma calorosa. Desde então tem sido uma constante. Agora, no momento em que a histeria anticomunista atinge o auge em Portugal e a reacção se lança numa ofensiva terrorista, essa solidariedade é ainda mais forte. «L'Humanité» dedica quase três páginas do seu número do dia 12 à Revolução Portuguesa. Na primeira, sob o título «Paralisar o braço dos agressores», publica uma nota em que o Bureau Político do Partido Comunista Francês define a sua posição sobre a situação portuguesa. Transcrevemos a seguir, na íntegra, esse importante documento pelo seu significado como manifestação de solidariedade às forças progressistas que em Portugal se batem pela defesa e pelo avanço da Revolução:

O Bureau Político do Partido Comunista Francês exprime a sua grave preocupação perante a evolução da situação em Portugal, marcada por um rápido desenvolvimento da violência anticomunista. Sedes do Partido Comunista Português e de outras organizações políticas democráticas são saqueadas; livros são queimados; militantes são privados de emprego, perseguidos, agredidos nas suas próprias casas. Uma verdadeira «caça às bruxas». Ontem, o arcebispo de Braga lançou, em termos históricos, dignos de outras épocas, um apelo para uma cruzada anticomunista. Um observador francês, no regresso de Lisboa, anuncia, como se fora encarregado de preparar a opinião para isso, uma reacção em Portugal do que se passou há dez anos na Indonésia — onde quase um milhão de comunistas foram exterminados —, enquanto o seu jornal se entrega a uma odiosa e anticipada justificação de um eventual massacre de comunistas.

Torna-se cada vez mais evidente que as forças reacçãoárias que passaram à ofensiva em Portugal estão dispostas a ir até esse ponto.

Preparam o assassinio da jovem democracia portuguesa, a volta ao passado, ao estrangulamento das liberdades, à opressão do povo português. Para atingirem o seu fim utilizam a arma tradicional da reacção: o anticomunismo.

O Partido Comunista Francês lutou sempre, e luta, pela liberdade. Defende todas as vítimas da opressão. Luta pelo respeito e pela ampliação de todas as liberdades democráticas conquistadas pelo povo francês durante séculos de luta, pelo socialismo, inseparável a seus olhos da mais ampla democracia.

E por isso que o Partido Comunista Francês exprime constantemente a sua solidariedade para com os comunistas e todos os democratas portugueses submetidos à longa noite fascista. Asseguramos sempre a defesa dos interesses dos trabalhadores portugueses imigrados residentes em França. Saudou a queda da ditadura sob os golpes conjugados do Movimento das Forças Armadas e das massas populares. Congratulou-se com os progressos de Portugal a caminho de uma nova democracia económica e política. Hoje, como ontem, o Partido Comunista Francês está ao lado dos comunistas e de todos os democratas portugueses vítimas da escalada de perseguições.

O Bureau Político do Partido Comunista Francês dirige um apelo solene a todos os trabalhadores franceses e de outros países, a todas as forças operárias democráticas: é preciso paralisar o braço dos autores dos massacres.

Por trás da reacção portuguesa, o imperialismo, todas as forças reacçãoárias das potências capitalistas desejam um banho de sangue em Portugal, porque vêem aí um meio de golpear todo o movimento democrático da Europa ocidental, todas as forças que no mundo lutam pela democracia e pelo socialismo.

É preciso dizer que todos aqueles — e nomeadamente os dirigentes do Partido Socialista Português — que deram o sinal para a campanha anticomunista e a alimentaram por todos os meios — incluindo o recurso

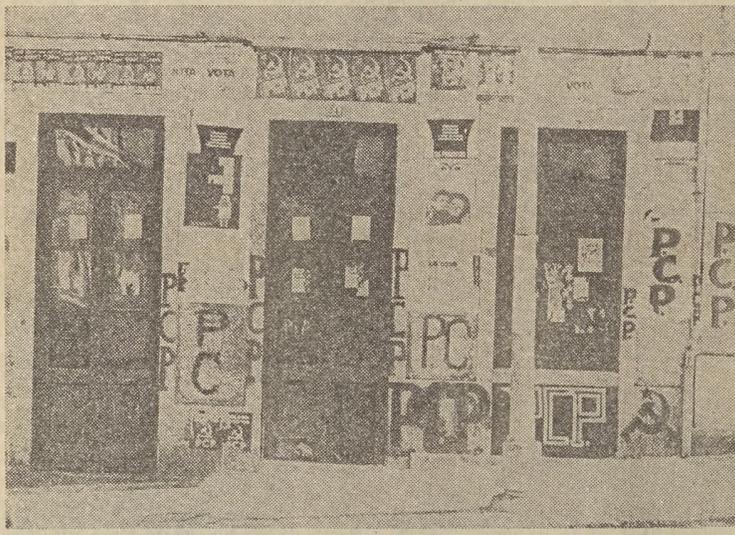
a mentira através do alarido em torno de uma pretensa ameaça de «ditadura comunista» —, assumem uma pesada responsabilidade no desenvolvimento das actividades fascistas. Imitando o aprendiz de feiticeiro, desencadearam forças das quais, como o exemplo de outros países demonstra, podem vir eles próprios a ser vítimas. E tempo de que, sem demora, voltem a si.

O Bureau Político deseja que todas as forças democráticas portuguesas, os comunistas, os socialistas, as outras forças progressistas, os sindicalistas, o Movimento das Forças Armadas, realizem a unidade de acção face à ofensiva fascista. Congratula-se com o apelo unitário formulado pelo Comité Central do Partido Comunista Português em prol da formação de uma plataforma de acção comum a todos os partidos e organizações progressistas. Espera que se unam em torno de um conjunto de objectivos comuns, de um programa tendente à defesa e à consolidação das conquistas democráticas do povo português.

O Bureau Político decide propor um encontro aos seus interlocutores do Programa Comum. Convida os trabalhadores, os democratas franceses de todas as opiniões a erguerem-se, unidos, contra a ameaça fascista em Portugal, para salvaguarda da democracia. Dirige-se em especial aos cristãos que não estão dispostos a admitir que, em nome da sua religião, sejam pregados o ódio e a violência, com vista à preparação de um novo e horrível crime contra a Humanidade.

O Bureau Político resolve tomar iniciativas que permitam exprimir o NÃO do povo francês ao fascismo, que procura a desforra em Portugal e manifesta a sua solidariedade às forças que ali lutam para salvar a democracia e assegurar o seu progresso futuro.

O apelo fraterno do Partido Comunista Francês foi imediatamente correspondido pelos comunistas da França, por franceses progressistas de várias organizações políticas. Centenas de telegramas de solidariedade já começaram a chegar a Portugal.



Em Santo Tirso, como em muitas localidades do Norte e Centro do País, as mais elementares liberdades estão ameaçadas. Vidros partidos, madeiras destruídas foi tudo o que restou depois dos fascistas terem assaltado o Centro de Trabalho do nosso Partido

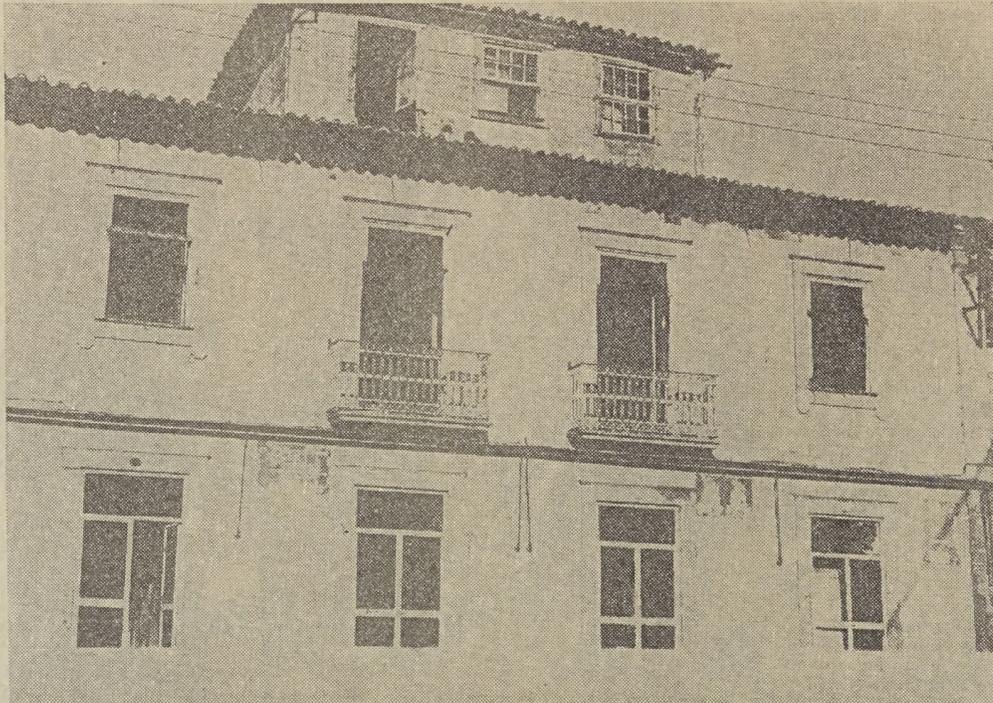
frente ao Centro de Trabalho. Na terça-feira passada, durante o funeral, os reacçãoários não conseguiram levar a cabo os seus intentos, em primeiro lugar porque a PSP tinha proibido a passagem do cortejo fúnebre pela rua onde fica situado o Centro de Trabalho e em segundo lugar porque os reacçãoários não conseguiram juntar no funeral a grande manifestação que pretendiam para a partir daí se lançarem ao assalto do nosso Partido. As cerca de 500 pessoas que integravam o cortejo fúnebre eram na sua maioria mulheres. A reacção não teve pois oportunidade de levar novamente o ódio e a destruição a Fafe.

A reacção em Tondela

Depois de regressarem de Viseu, onde participaram na manifestação de apoio ao «documento dos nove», algumas dezenas de pessoas assaltaram o Centro de Trabalho do nosso Partido e a sede local do MDP/CDE, destruindo em ambos os locais o mobiliário e a documentação que incendiaram. A presença de forças da PSP e da GNR conseguiu restabelecer a ordem depois dos factos consumados. A sede do PS, que fica no mesmo edifício onde se encontrava a sede do MDP/CDE, nada sofreu.

Pela defesa da ordem democrática

Cada vez se torna mais claro o carácter banditesco e terrorista dos assaltos a instalações do PCP e outras forças progressistas. Por exemplo, os actos de violência praticados na noite do dia 9 para o dia 10, de sábado para domingo, cometidos no Porto, em Penafiel



A destruição por que os reacçãoários e fascistas norteiam os seus actos está bem exemplificada neste aspecto do Centro de Trabalho do PCP na Póvoa do Lanhoso, após as acometidas de um bando de reacçãoários

● Numa entrevista à televisão francesa, o camarada Álvaro Cunhal, referindo-se a calúnias contra a Revolução portuguesa, declarou: «Trata-se de palavras irresponsáveis que emanam das forças reaccionárias para passar ao ataque contra as liberdades democráticas, contra os comunistas e, também, contra os socialistas.»

● «Sob a bandeira da salvação da democracia em Portugal — escreve o «Neues Deutschland», órgão central do Partido Socialista Unificado da RDA — círculos da NATO e da CEE, empresas multinacionais, a chamada Internacional Socialista, a CIA e os meios de comunicação de massas dos países imperialistas, dirigidos pelo capital monopolista, levam a cabo as suas actividades subversivas, atacam a contra-revolução interna, indirecta ou abertamente, mediante os meios e as maquinações mais diferentes.»

● O chamado Instituto Internacional de Imprensa, de Zurique, afirma ter tomado conhecimento com «inquietação» do projecto de decreto sobre a comissão de análise dos meios de comunicação, e define-o como um «primeiro passo para o regresso ao controlo rigoroso da ditadura de Salazar e Caetano». A que projecto se refere o III? Quem lho enviou? Em Portugal não foi tornado público semelhante projecto e em torno do assunto houve apenas especulações da reacção e dos seus aliados.

● Os implicados na tentativa de golpe do 11 de Março serão julgados por um tribunal militar revolucionário.

● O regime do Chile deve ser posto à margem de todos os povos livres, declarou o general Otelio Saraiva de Carvalho à revista cubana «Bohemia».

● Segundo a «Tribuna de Imprensa», do Rio de Janeiro, tem-se como certa uma reconciliação entre Marcelo Caetano e o ex-general Spínola.

● O volume de notas do Banco de Portugal vendido no exterior este ano e remetido pelos bancos estrangeiros para crédito em Portugal atingiu no dia 30 de Junho cerca de 1 600 000 contos. Efeitos da sabotagem económica.

● Segundo o Instituto Nacional de Estatística, prevê-se este ano um acréscimo de 19, 16, 30 e 23 por cento para as colheitas de trigo, centeio, cevada e aveia.

● Uma missão comercial soviética que visitou Portugal é de opinião que a nossa indústria têxtil tem produtos de muito boa qualidade que podem ser importados em grande quantidade pela URSS. «Estamos dispostos a ajudar Portugal a enfrentar o boicote económico de que tem sido alvo nos últimos tempos por parte de alguns países», declarou o chefe da missão, Saquin Pavel, director-geral do Departamento de Importações do Ministério do Comércio Externo da União Soviética.

● «O direito à informação não deve nem pode confundir-se com a publicação de documentos de difusão restrita, pelo que se estranha e lamenta o abuso que neste domínio se tem verificado por diversos órgãos de Informação» — afirma-se numa nota oficiosa do Ministério da Comunicação Social.

● A incorporação no Exército será, no futuro, tanto quanto possível regional, nos termos de um despacho do chefe do Estado-Maior do Exército, general Carlos Fabião, que estabeleceu novas normas para a prestação do serviço militar.

● Em Luanda as reservas de alimentos estão a esgotar-se rapidamente sem que novos fornecimentos cheguem à cidade.

● O juiz Pires de Lima, do Porto, recusou-se a julgar um indivíduo que há dias dirigiu frases injuriosas ao general Otelio Saraiva de Carvalho. Na opinião desse magistrado o auto não estava conforme o Código do Processo Penal, pois não constavam dele «factos concretos que o arguido tivesse cometido» e o réu não fora avisado de que poderia apresentar testemunhas de defesa. Há muitos juizes, pelo visto, que têm um conceito duplo do que seja «legalidade»...

● «Não tenho dúvidas de quem é o verdadeiro inimigo da Revolução portuguesa: é o capitalismo internacional» — afirmou o almirante Rosa Coutinho em entrevista concedida ao Programa Radiofónico do MFA.

● Em Santarém realizou-se uma manifestação de apoio ao MFA e à Reforma Agrária, promovida pelo Sindicato dos Operários Agrícolas do Distrito.

● Serão «exemplarmente punidos» os responsáveis pelos atrasos verificados na entrega dos requerimentos de professores para o próximo ano lectivo, adverte um comunicado do MEIC.

● O navio «Rhône» carregou em Lisboa 16 615 hectolitros de vinho branco de Torres Vedras, destinado à República Democrática Alemã.

● Na última reunião intercâmaras do Distrito de Setúbal foi aprovada uma moção de apoio ao MFA e ao Conselho da Revolução.

● O ministro dos Negócios Estrangeiros da Grã-Bretanha, James Callaghan, fez na Câmara dos Comuns declarações que têm o significado de uma clara ingerência em assuntos internos portugueses, permitindo-se afirmar que certos elementos tentam governar «sem o consentimento abertamente expresso do povo português».

● «Os depositantes detêm plena propriedade dos depósitos que constituem nos bancos, não incidindo sobre o montante dos mesmos qualquer imposto», esclarece o Ministério das Finanças numa nota em que desmente boatos espalhados pela reacção e que visam provocar o alarme e a perda de confiança na segurança dos depósitos e na banca nacionalizada em geral.

informação

A escalada reaccionária do «Expresso»

Certos órgãos de Informação, que pretendem ser «independentes» e teimam em dar aos outros lições de «objectividade», deixaram cair a máscara nas últimas semanas, ou o que dela restava. Antes faziam o jogo da reacção; agora são o próprio rosto da reacção. É o caso do «Tempo», do «Jornal Novo» e do «Expresso». Mudaram de estilo. A escalada reaccionária em curso entusiasmou-os a tal ponto, deu-lhes tamanha coragem que passaram a atacar abertamente a Revolução. Substituíram a intriga pelo insulto directo. No campo da caricatura política o «Jornal Novo» deu a tônica. As suas fotomontagens provocadoras e irresponsáveis fizeram escola entre os adeptos da mesma escola de jornalismo. O «Povo Livre», do PPD, resolveu seguir pelo mesmo caminho. Publicou já um cartoon altamente injurioso para o general Otelio, que apresenta fantasiado de matador de touros. O «Expresso» destila ódio contra o ministro Correia Jesuino em desenhos dignos de um museu da abjeção.

O último número do «Expresso» é, aliás, da primeira à última página, um documento revelador do papel conscientemente contra-revolucionário que esse semanário desempenha hoje. Trata-se de um verdadeiro guia para a reacção. As técnicas jornalísticas que «El Mercurio» utilizou em Santiago durante o Governo da Unidade Popular são retomadas e aperfeiçoadas pelo órgão oficioso do PPD. As manifestações e actos de agressão contra a ordem democrática merecem do semanário «independente» o qualificativo de «levantamentos populares». Os assaltos e incêndios das sedes do nosso Partido seriam apoiados por «milhares de trabalhadores descontentes».

Estudiosos atentos da técnica de «El Mercurio», os redactores do «Expresso» não confiam na imaginação dos promotores da escalada fascista. Antecipam-se, dão-lhes ideias. É típica desse processo de sugerir para que outros executem a notícia segundo a qual, de acordo com «fontes geralmente bem informadas», teria sido denunciado um plano de raptos de Melo Antunes, Vítor Crespo, Vítor Alves e Vasco Lourenço. Que fontes? Quem denunciou esse plano? O «Expresso» não diz. No Chile aconteceu a mesma coisa. A Imprensa reaccionária espanhola boata. A reacção fascista transformava-os muitas vezes em actos terroristas. Depois, os «Expressos» chilenos voltavam à carga, recordavam as suas «caixas» e atribuíam às forças progressistas a responsabilidade pelos crimes que eles próprios haviam sugerido.

O «Expresso» tem o fascínio da intriga e da calúnia. Responsabiliza partidos e forças progressistas por tensões criadas nas Forças Armadas, mas amontoa hipóteses e especulações sobre o que se fez e não fez, o que se disse e não disse nas reuniões mais sigilosas do MFA, como por exemplo a dos comandantes da Região Militar de Lisboa com o Presidente da República, o Primeiro-Ministro e o general Otelio. Tenta influenciar as próximas eleições em vários sindicatos, lançando na arena sementes divisionistas. Acumula insinuações injuriosas contra o MFA e faz a apologia discreta da FNLA e da UNITA. Manifesta um súbito interesse pela sorte das populações dos Açores, mas vai dizendo que «não lhes digam que não é viável a independência, pois elas sabem que é».

O «Expresso» (basta ver a quantidade e o tipo da publicidade) é um jornal cuja razão de existência é a luta pela sobrevivência do capitalismo monopolista. Mas, no seu esforço para parecer «independente» e «aberto», salpica as suas edições de artigos e frases destinados a mostrar que é muito «revolucionário». É um esforço inútil. Ao falar da «regência burguesa de Allende» apenas confirma que se identifica com os inimigos da Unidade Popular. Ao escrever que «pela sua incapacidade radical para trazer os trabalhadores ao comando das rédeas, o Chile conheceu o descalabro económico habilmente manobrado pelas forças contra-revolucionárias», somente chama a atenção para as suas próprias manipulações contra-revolucionárias.

O «Expresso» tem um particular carinho pelo MRPP. Usa por vezes, como faz questão de salientar, «uma linguagem cara ao MRPP. No último número foi ainda mais generoso com os seus amigos do MRPP. Considerou importante ouvir o seu secretário-geral para esclarecer o povo português sobre a actual crise política. Ofereceu-lhe mais de uma página. E definiu esse cavalheiro como «um político bem informado».

O «Expresso» é realmente o exemplo do tipo de imprensa livre, democrática, independente, sonhada pelas forças políticas que em Portugal se opõem ao avanço do processo revolucionário.

Que pretendem os senhores da CIA em Portugal?

A CIA concentrou em Portugal um pequeno exército de profissionais da contra-revolução. Quem o afirma numa «Carta ao Povo de Portugal», publicada num diário americano, é Philip Agge, um ex-agente da sinistra agência de espionagem, mundialmente conhecido pelos problemas que tem criado aos seus antigos chefes.

Agge não tem a menor dúvida de que a CIA desenvolve, neste momento, grandes esforços para organizar um golpe de Estado em Portugal. Para a sua «solução chilena» conta com o trabalho eficaz de dezenas de veteranos cuja presença em Lisboa foi, aliás, simultaneamente denunciada por jornalistas americanos que os viram em acção na América Latina, em África e no Sueste Asiático. Segundo Agge, o chefe da delegação da CIA é o sr. John Morgan e o seu adjunto, o sr. Herbert Okun, ministro conselheiro da Embaixada dos EUA. O ex-agente apresenta uma primeira lista com quinze nomes (e moradas) na qual figuram vários funcionários diplomáticos e membros do Military Assistance Advisory Group (MAAG), e do Comberlant. Promete fornecer, em breve, mais vinte e oito nomes. Garante que dez dos 50 funcionários civis da Embaixada dos EUA mantêm ligações íntimas com a CIA e chama a atenção para o facto de mais de dois terços do pessoal da mesma embaixada ser constituído por militares.

O autor dessas denúncias afirma, também, que a CIA tem desenvolvido insistentes esforços para se infiltrar nos sindicatos e relaciona as estranhas manifestações de apoio ao episcopado promovidas ultimamente no Norte com o apoio financeiro dos EUA a certos grupos pretensamente religiosos.

«Portugal — escreve Agge — deve controlar cuidadosamente todas as entradas e saídas de cidadãos norte-ame-

ricanos (incluindo os diplomatas). Os comerciantes e industriais norte-americanos deveriam também ser controlados, tal como estudantes, professores, turistas e reformados.»

A decisão da CIA de «chilenizar» Portugal não seria recente. Agge afirma que ela foi tomada em Agosto do ano passado, quando o general Vernon Walters, dirigente da organização, esteve no nosso país.

As revelações de Agge são importantes, mesmo que um ou outro pormenor seja inexato. É um homem que conhece por dentro a CIA. Em anteriores oportunidades, advertências suas foram posteriormente confirmadas pelo desenrolar dos acontecimentos. Aliás, algumas das revelações apenas confirmam outras, par-



tidas de fontes diferentes. Não é a primeira vez, concretamente, que o sr. John Morgan, residente na Avenida da Suíça, no Estoril, é apontado como o chefe da CIA em Portugal. O mesmo acontece relativamente ao «diplomata» Herbert Okun, apontado como o segundo homem da organização em Lisboa.

O que Agge diz sobre os métodos da CIA em Portugal poderá, a quem os desconhece, parecer um pouco romanesco. As referências, por exemplo, à infiltração em certos partidos democráticos em que estaria «bem entrançada». Mas Agge documenta as suas afirmações com pormenores sobre o passado de homens como James Lawler, residente em Cascais, que gastou milhões de dólares no Brasil e no Chile, comprando políticos durante as eleições de 1962 e 1964.

Podaria, de resto, ter citado outros casos, mais famosos. Em 1973, no Chile, a CIA comprou dezenas de oficiais superiores, principalmente nas guarnições do Norte. Sem a adesão dessas unidades o êxito do golpe seria duvidoso, dada a proximidade da fronteira do Peru, cujo Governo, em caso de guerra civil, se manifestaria solidário com a legalidade democrática, encarnada pelo Governo da Unidade Popular. Poderia ter citado o caso do embaixador Siracusa, envolvido em vários golpes de Estado no Uruguai e na Bolívia. Poderia ter citado o depoimento de António Arguedas que desvendou, publicamente, a rede de ligações que mantinha na CIA quando ministro do Interior do Governo de René Barrientos, numa época em que, na Bolívia, alguns ministros e dirigentes partidários não tomavam uma decisão sem consulta prévia ao seu contacto da CIA. Poderia ter ainda citado o que outro boliviano, Jorge Gallardo, também ministro do Interior, revelou sobre a acção da CIA no seu livro «De Torres a Banzer, dez meses de emergência».

Não há, portanto, motivo para surpresa em face das revelações do ex-agente da CIA. Tem certamente razão ao afirmar que o movimento «separatista» dos Açores é manipulado por ex-colegas seus. A CIA não é um espantalho. É uma realidade. É uma organização criminosa que funciona como ponta-de-lança do imperialismo quando se trata de organizar uma contra-revolução em qualquer parte do Mundo. Recorre a tudo, desde os serviços de belas mulheres à compra de políticos. Tudo lhe serve para atingir os seus fins.

Galvão de Melo oferece os seus serviços à reacção golpista

O general Galvão de Melo voltou a dar entrevistas. Desta vez em Madrid, ao semanário «Mundo», controlado pela Opus Dei. «Entre uma guerra civil e um governo de obediência comunista ao estrangeiro prefiro uma guerra civil», declarou. A sua esperança nessa guerra civil é tão grande que se apressou a revelar que está disposto a ser «cabeça visível de um levantamento militar. Estaria disposto não só a ser cabeça, mas também a oferecer todo o corpo, se fosse necessário». Mais adiante, emitiu a opinião de que «o povo português não está preparado». O «pouco que conhecemos — disse — são quatro ideias teóricas improvisadas. Não somos como o resto da Europa». E concluiu com uma profissão de fé profundamente reaccionária: «No meu país impõe-se uma verdade. Há que trabalhar mais, produzir e, posteriormente, repartir. Não somos todos a mesma coisa. Nem todos temos a mesma inteligência. É necessário reestruturar o homem português.»

O general Galvão de Melo andou calado uns tempos. Mas logo que os ventos da reacção recomeçaram a soprar levantou a cabeça e recuperou a fala. Na Assembleia Constituinte e, agora, na imprensa fascista espanhola. E recuperou-a para oferecer ao País o seu retrato de corpo inteiro, aquele corpo que está disposto a usar como chefe de um levantamento contra a Revolução. O general sabe perfeitamente que a opção que se coloca aos portugueses não é guerra civil ou comunismo. Sabe muito bem que não há qualquer ingerência dos países socialistas em Portugal e sim pressões e chantagens de governos e partidos imperialistas e capitalistas. Sabe que a alternativa é revolução ou reacção. Mas troca propositadamente os termos da escolha. Porque sonha com a guerra civil, com a volta do fascismo.

O general Galvão de Melo tem o direito de não ser comunista, tem o direito de imitar os rapazes do MRPP em considerações sobre o «maoísmo», mas não pode fugir às responsabilidades que assume quando afirma publicamente a sua vocação de golpista. Tem igualmente o direito de ser ignorante, o direito de ter na cabeça apenas «quatro ideias teóricas improvisadas». Mas não tem o direito de insultar o povo português.

Só em dois pontos concordamos com as suas sentenças categóricas. Não somos como o resto da Europa. É verdade. O Portugal livre, democrático, revolucionário, não se assemelha à Europa que o general Galvão de Melo tanto admira, à Europa dos monopólios onde a distribuição da riqueza visa a perpetuar e acentuar a exploração do homem pelo homem. E é também verdade que «nem todos temos a mesma inteligência». Os trabalhadores que geram a riqueza e que, segundo o general Galvão de Melo, devem produzir mais para benefício da classe dominante, esses trabalhadores são infinitamente mais inteligentes do que o autor da entrevista concedida ao «Mundo».

O anticomunismo do sr. Galvão de Melo e de certos aliados de fresca data, que falam quase como ele, tem o odor morto dos fósseis. Não convidamos o general Galvão de Melo a ler os clássicos do marxismo para esclarecer as suas ideias. Nada entenderia. Mas seria útil que aqueles que tendo um passado ao serviço da democracia desfaldam hoje, também, as bandeiras do anticomunismo relessem palavras que o presidente Bernardino Machado escreveu há mais de quarenta anos, quando o fascismo se implantou em Portugal:

«Não é a paixão comunista, do bem comum, que rompe os laços íntimos de coesão da sociedade. Seria paradoxal. Rompe-os a desalmada reacção. Mas cabem enormes responsabilidades aos egoísmos pusilânimes de todos os que, tudo devendo à democracia, que os criou, os instruiu e os elevou a postos dirigentes, devendo ser os seus poderosos esteios, ao contrário, renegando-se, abdicando da indeclinável missão social que lhes compete, se convertem por medo ou ignávia, em aliados dos seus inimigos. Eis o que faz com que o povo, só, em frente das prepotências flagelantes da reacção, se arremetesse em classe.»

Bernardino Machado não era um comunista. Mas soube retratar com fidelidade os falsos democratas que, dizendo-se donos de fórmulas milagrosas, se convertem em aliados dos seus inimigos naturais, unidos pelo ódio irracional ao partido da classe operária.

A política do Partido Socialista criticada nas colunas de «Le Monde»

A linha política seguida pela direcção do Partido Socialista recebeu, desde o 11 de Março, um apoio firme da maioria da imprensa burguesa ocidental, principalmente após o 1.º de Maio quando os dirigentes socialistas portugueses começaram a explorar na Europa «o Caso República». Ultimamente, porém, esse apoio tornou-se menos generalizado. Vários órgãos de Informação democráticos passaram, apesar da sua oposição ao socialismo real, a difundir críticas à linha oportunista, anticomunista e anti-MFA adoptada pelo PS, acentuando que ela abre o caminho ao revanchismo fascista. É o caso de «Le Monde», de Paris. Transcrevemos abaixo algumas passagens de um artigo de Bernard Ravenel, publicado no influente jornal:

«O Partido Socialista pretendia, inicialmente, a passagem ao socialismo no quadro da democracia parlamentar, sob a sua direcção e através de uma transformação gradual da sociedade existente. Mas a situação complicou-se muito para os socialistas. O afluxo de elementos burgueses, certos de encontrar no PS um refúgio e um meio de expressão, a mobilização da pequena burguesia urbana e rural e das camadas mais atrasadas do campesinato (a reboque da Igreja mais reaccionária da Europa), para contrabalançar a influência do PCP e da extrema-esquerda, tudo isto impulsionou a direcção socialista para a direita, apesar das hesitações crescentes da sua base operária. Apoiado pelo PPD, utilizado pelos fascistas, o PS, ao servir-se de um anticomunismo inculcado há 50 anos na pequena burguesia para a lançar contra o processo revolucionário, procura, na realidade, quebrar a unidade do MFA, porque a perspectiva do Poder Popular directo lhe é estranha e hostil. Esta estratégia é, no sentido estrito do termo, contra-revolucionária. Sob a cobertura da defesa das liberdades (que não estão ameaçadas) o PS joga um jogo perigoso que corre o risco de levar o País à guerra civil e ao restabelecimento de um regime fascista.»

Artigos objectivos, como essa análise publicada em «Le Monde» não são, contudo, frequentes na Europa Ocidental. As grandes cadeias de Imprensa do nosso continente, controladas por poderosos monopólios, intensificam a sua campanha contra a Revolução Portuguesa. É o que se verifica, por exemplo, com os grupos Springer, na República Federal da Alemanha, e Thompson, na Inglaterra. Esses grupos que sempre apoiaram a agressão dos EUA ao Vietnam, que sempre atacaram a revolução cubana, que combateram desde a primeira hora o Governo da Unidade Popular no Chile, que sempre elogiaram Salazar e Caetano, apoliam, agora, a política do PS e participam, com entusiasmo, na campanha de calúnias contra a Revolução Portuguesa. Como muito correctamente salienta a agência soviética Novosti, nos monopólios europeus «onde um jornalista escreve apenas de acordo com a estratégia do momento do capital, martelam-se, hipocritamente, quilómetros de folhas dactilografadas sobre a liberdade de informação na Índia, em Portugal e no Peru, enquanto se ameaçam de despedimento jornalistas progressistas da BBC e se censuram reportagens de Arno Munster sobre «o Caso República», na Rádio de Colónia. Nos monopólios internacionais — acrescenta o redactor da Novosti — onde os jornalistas progressistas não podem escrever e as ligações económicas se protegem, mutuamente, os mesmos jornais que fingiam desconhecer que a Imprensa portuguesa era controlada pelos Champalimaud, Melos e Quinas — grupos económicos que tinham enchido a bariga com o fascismo e que se serviam dos jornais portugueses para promover as suas negociações — escandalizam-se, agora, muito conseqüentemente, com o facto de os trabalhadores da Imprensa apoiarem as medidas progressistas do MFA, e de os jornalistas criticarem a reacção internacional».

Os dirigentes socialistas insistem em cobrir de injúrias a Imprensa soviética. Perguntamos: Quem defende a Revolução Portuguesa e quem a calunia? Quem diz a verdade e quem mente?

informação

- Em La Paz foi distribuído clandestinamente na data do 150.º aniversário da independência da Bolívia um apelo do ex-presidente Juan José Torres para que todos os partidos e forças progressistas se unam na luta contra a ditadura fascista de Banzer numa frente revolucionária anti-imperialista. Apesar das medidas repressivas tomadas pelo governo, a mensagem de Torres foi o grande acontecimento político do Dia da Independência.
- O número de pobres nos Estados Unidos está a aumentar. Segundo as estatísticas oficiais atinge presentemente 24 milhões, isto é 9 por cento da população do país.
- O procurador de um tribunal de Barcelona requereu 500 anos de prisão para dez membros de uma organização política da Catalunha.
- Segundo as agências noticiosas americanas, a Jugoslávia pretende adquirir importantes quantidades de armas nos Estados Unidos.
- A censura brasileira endureceu nas últimas semanas. A revista «Cadernos de Opinião» foi apreendida por ter publicado um discurso do arcebispo de Olinda e Recife, D. Hélder Câmara. A selecção dos censores tornou-se também mais rigorosa. Agora são-lhes exigidas condições atléticas; terão de correr os 1800 metros em menos de 12 minutos...
- O camarada Leopoldo Bruera, dirigente do Partido Comunista do Uruguai, declarou numa entrevista à revista cubana «Bohemia» que a acção das massas populares, apesar da violência da repressão, está demonstrando a fraqueza da ditadura.
- Nos países subdesenvolvidos, metade da população com mais de 15 anos é analfabeta. Nos últimos 15 anos, o número de analfabetos aumentou.
- A deportação de um grupo de ex-deputados, jornalistas e dirigentes sindicais contra-revolucionários, por decisão do presidente Velasco, provocou uma contra-ofensiva da reacção peruana. O Partido Aprista, ao qual pertence a maioria das individualidades expulsas, prepara uma onda de greves de protesto. A APRA vai tentar mais uma vez «parar o país», mas o ministro do Interior já advertiu que a «revolução será defendida a todo o custo».
- As multinacionais exercem alarmantes pressões sociais, culturais e económicas na América Latina e conseguem enfraquecer o poder dos governos latino-americanos estimulando a inflação e agindo como agentes de interesses estranhos aos povos do Continente. Essa foi uma das principais conclusões do Congresso de Peritos para a Educação dos Países em Desenvolvimento, realizado no México.
- A Organização de Libertação da Palestina considera que «as recentes declarações do rei Hussein sobre a presença palestina na Jordânia estão em flagrante contradição com as resoluções da última cimeira árabe efectuada em Rabat».
- A Lockheed, uma das maiores empresas de construções aeronáuticas do Mundo está envolvida num grande escândalo. A administração reconheceu que tinha dado mais de um milhão de contos nos últimos quatro anos a funcionários governamentais e organizações políticas de vários países, a fim de obter contratos vantajosos. O advogado da firma, William Rogers (ex-secretário de Estado de Nixon), negou-se, contudo, a revelar os nomes das personalidades subornadas, pois tal atitude poderia arruinar a Lockheed.
- O «New York Times» informa que «comandos especiais» serão colocados nas Embaixadas dos Estados Unidos situadas em países «vítimas de agitação». O que entenderá o Departamento de Estado por países «vítimas de agitação»? Que respeito merecem aos Estados Unidos as decisões tomadas na Conferência de Helsínquia?
- O director da CIA, William Colby, confessou que a sua agência é incapaz de guardar segredos tão bem quanto desejaria.
- Na Indonésia mais de 100 000 presos políticos encontram-se nos presídios e campos de concentração.
- O governo peruano realizará investimentos de cerca de 50 milhões de contos no sector mineiro nos próximos dois anos.
- Em Moscovo foi publicado um manuscrito de Lenin inédito, escrito em 1920, no qual defende o estabelecimento de relações comerciais entre o seu país e o ocidente capitalista.
- A reacção canadiana inventou um novo inimigo: os índios. Os antigos povoadores do Canadá, segundo a Guarda Real, «são a principal ameaça para a segurança do país». Na realidade, os índios canadianos reclamam apenas a igualdade de direitos e o reconhecimento da propriedade dos seus territórios de caça e pesca.
- O presidente do México, Luis Echeverria, manifestou o seu caloroso apoio à causa árabe no conflito com os agressores sionistas.
- Os Estados Unidos vetaram os pedidos de admissão da República Democrática do Vietnam e do Vietnam do Sul nas Nações Unidas. Depois de uma guerra de genocídio, o povo do Vietnam é alvo agora da guerra diplomática do imperialismo americano.
- O «Nhan Dan», de Hanói, voltou a manifestar a solidariedade do povo vietnamita para com a Revolução Portuguesa. «A crise política e a constituição do novo governo — escreve — são uma parte da luta em torno de dois caminhos em Portugal.» Um desses caminhos, salienta o «Nhan Dan», leva a uma verdadeira democracia e ao socialismo.

Os Estados Unidos, motor e coração da crise geral do capitalismo

As dificuldades económicas que Portugal atravessa são um tema permanente nas colunas da imprensa americana. A imagem do dia-a-dia em Portugal é deturpada para se dar ao leitor a impressão de que somos um País à beira do caos, onde o povo anda semiesfarrapado e começa a passar fome.

A maioria desses órgãos de Informação pouco ou nada dizem, porém, da crise geral que hoje atravessa o capitalismo e sobre a inflação nos países industrializados do Ocidente que atinge já a taxa média de 14 por cento. É natural que um País como o nosso, sofra os efeitos da inflação. É uma herança do fascismo e uma conse-



quência de transformações na estrutura económica que esbarram com manobras de sabotagem económica em todos os níveis. O que é menos fácil de explicar é que nos países capitalistas a inflação e o desemprego, contra a lógica do sistema, aumentem paralelamente numa espiral vertiginosa. Esse fenómeno desmente todas as teorias do «génio» do neocapitalismo, lorde Keynes. No mundo ocidental não há crescimento económico, há desemprego e também inflação. De acordo com as teses keynesianas, o aumento do desemprego deveria reduzir a taxa de inflação. Inversamente, um aumento dos preços deveria ser correspondido por um aumento do consumo, o que implicaria mais fontes de trabalho e, portanto, queda da inflação. O actual panorama oferecido pelo mundo capitalista demonstra a falência de todos esses esquemas teóricos. As potências capitalistas mostram-se incapazes de controlar o binómio desemprego-inflação. A estagnação é a palavra que designa aquilo que tinham por impossível: a estagnação económica acompanhada por uma alta incontrolável dos preços e um desemprego maciço.

Os Estados Unidos são o causador da crise mundial do capitalismo. Exportam a sua inflação para todos os países capitalistas e têm presentemente o maior exército de desempregados de todo o Mundo. O produto nacional bruto diminuiu sensivelmente desde o início do ano. O défice comercial aumentou de maneira alarmante, abalando o prestígio do dólar nos mercados internacionais. A inflação atingiu 11,8 por cento no primeiro semestre, mas deverá ultrapassar os 15 por cento até ao fim do ano. O próprio presidente Ford confessa que «a inflação é o inimigo número um dos EUA». O senador Mike Mansfield definiu-a como «dinamite social». Certas camadas da média burguesia começam a ser atingidas pela crise. Agora já não são apenas os operários da General Motors, da Ford, da Chrysler e de outros gigantes monopólios que perdem os seus empregos. Dezenas de milhares de técnicos e profissionais de nível médio e superior estão a ser despedidos pelas grandes empresas. Segundo o Departamento de Estado, o nível de desemprego entre os especialistas de alto nível técnico que nos últimos vinte anos nunca excedeu um por cento aproxima-se agora dos 6 por cento. Para esses «novos pobres», que tinham padrões de vida altíssimos, o futuro apresenta-se sob cores sombrias. O poder aquisitivo de milhões de cidadãos está a cair num ritmo assustador. O «New York Times» revelou que milhares de americanos, pela primeira vez em muitos anos, deixaram voluntariamente de pagar as suas dívidas e que num «número crescente de pessoas que comprava as suas roupas nos luxuosos estabelecimentos da Quinta Avenida está hoje a adquirir artigos de segunda categoria nas lojas de saldos.

Que autoridade têm os Estados Unidos, com 6 milhões de desempregados, para criticarem com tal fanatismo a Revolução Portuguesa? Que autoridade têm para gabar as virtudes do capitalismo quando a crise do capitalismo é uma realidade?

A reconversão da indústria automobilística no Peru

Os planos para a transformação da indústria automobilística estão a ser rigorosamente cumpridos no Peru. Em 1968, tudo era estrangeiro. O imperialismo impunha discricionariamente a sua vontade. Havia uma simples indústria de montagem, que vendia, no país, 140 modelos diferentes, o que impossibilitava o fabrico de peças nacionais. Em 1970, um inquérito oficial revelou que nenhuma das empresas estrangeiras respeitava a lei que impunha limites mínimos para a participação nacional. Algumas empresas, como a General Motors e a Ford, incluíam a electricidade e a água na lista dos produtos nacionais cujo valor era contabilizado, no cálculo, do valor dos carros saídos das suas fábricas.

O Governo do general Velasco reduziu o número de modelos autorizados a 15. Oito empresas, entre as quais a General Motors e a Ford, fecharam as portas. Estavam convictas de que o Governo Revolucionário recuaría, amedrontado, com essa atitude de desafio. Enganaram-se. A indústria automobilística entrou em processo de expansão. Os automóveis de luxo desapareceram. O povo passou a ter carros mais baratos, mais adaptados às necessidades do país e com uma proporção de peças nacionais cada vez maior. Presentemente, essa percentagem atinge 35% do valor total de cada carro. Em 1977, será de 50%. Em 1970, as 13 fábricas existentes lançaram no mercado apenas 15 000 unidades; em 1974, as cinco fábricas, em funcionamento, produziram 30 000. Para um país com 15 milhões de habitantes esse total é pouco

expressivo. Mas, na realidade, cobre já 99,6% das necessidades nacionais. O Governo não pretende estimular, para além do razoável, a produção de automóveis particulares. Nesse sentido as facilidades de crédito foram restringidas, para que a procura de novos carros não exceda as possibilidades da oferta. O fundamental é o desenvolvimento de uma tecnologia peruana no sector automobilístico, a qual cria condições para a futura nacionalização da indústria, sem dependências do estrangeiro. Os êxitos alcançados demonstraram que a transformação da indústria foi possível sem desemprego, sem uma ruptura frontal com o capital estrangeiro e no contexto de uma política de descentralização que permite, hoje, a produção de milhares de veículos, a motor, nas províncias. O Plano de Desenvolvimento Automobilístico do Ministério da Indústria e do Turismo tem sido escrupulosamente cumprido.

Os EUA ameaçam a paz na Coreia

Batido no Vietnam, no Laos e no Camboja, o imperialismo americano não renunciou às suas pretensões de domínio na Ásia. Derrotado na Indochina, manobra agora na Coreia, onde o regime fascista de Seul constitui o seu último ponto de apoio na parte oriental do continente.

É significativa a insistência com que, subitamente, o presidente Gerald Ford, o secretário da Defesa, James Schlesinger, e um grupo de senadores que apoiaram até ao fim a escalada no Vietnam começaram a falar do perigo iminente de uma guerra na Coreia. O Governo e a Imprensa falam abertamente, em Washington, da necessidade do emprego de armas nucleares em caso de conflito militar na região. A tática é velha. Inventam boatos, criam um clima de alarme, fabricam tensões para melhor poderem manipular o Congresso e confundir a opinião pública. Repetem que jamais abandonarão os seus aliados da Coreia do Sul, que «honrarão» os seus «compromissos».

Na realidade, a Coreia do Sul não está ameaçada. É, sim, o instrumento das agressivas manobras do imperialismo americano. Nos últimos meses os Estados Unidos introduziram na Coreia do Sul grandes quantidades de armas, entre as quais figuram os engenhos mais mortíferos e criminosos do seu formidável arsenal bélico. Um poderoso dispositivo militar foi montado ao longo da linha de demarcação com a República Democrática da Coreia, onde se desenrolam simulacros de manobras militares que constituem grosseiras provocações ao povo daquele país socialista. Os fantoches de Seul aprovam e estimulam essa política irresponsável. Até exercícios de tiro com armas atómicas tácticas foram já realizados nessa fronteira artificial.

O imperialismo desenvolve simultaneamente uma intensa actividade no Japão. Procura obter a aprovação do governo capitalista de Tóquio para a sua política agressiva e aventureirista. Washington não ignora que um ataque nuclear contra a República Democrática da Coreia implicaria a utilização das bases militares americanas instaladas em território japonês.

Urge, portanto, denunciar como grave ameaça ao povo da Coreia, ao povo do Japão, aos povos da Ásia



HIROXIMA "30 ANOS DEPOIS"



O SAUDOSISTA

e de todo o Mundo a campanha de provocações em que está empenhado o imperialismo americano com o apoio dos seus lacaios de Seul.

Enquanto fala de paz em Helsínquia, o presidente Ford trata de criar condições para uma nova guerra na Coreia. A chantagem nuclear de Schlesinger deve ser denunciada. Responder aos apelos em defesa da paz, lançados pelo Partido do Trabalho e pelo povo da República Democrática da Coreia é um dever de solidariedade internacional. É lutar pelo desanuviamento, pela Paz Mundial.

O fascismo não foi destruído na Grécia

Um tribunal militar grego condenou 14 oficiais do Exército a penas que vão de quatro a doze anos de prisão. Todos eles participaram activamente da conspiração organizada em Fevereiro para derrubar o regime de Karamanlis. Sete oficiais foram absolvidos. Os dois chefes da conjura fascista, o brigadeiro Dimitrios Ioannides, ex-chefe da Polícia, e o coronel Dimitrios Papapostolou, serão julgados em data a anunciar por um tribunal civil, pois já haviam sido expulsos das Forças Armadas.

O regime grego não é democrático. As manobras da burguesia grega, graças ao apoio maciço do imperialismo, impediram que as aspirações populares se

concretizassem numa revolução democrática e nacional. A política do eleitoralismo imposta pelos partidos da burguesia e pela cúpula tradicionalista das Forças Armadas — onde o saneamento foi extremamente superficial — conduziu a uma situação em que o poder político permaneceu concentrado nas mãos de elementos dispostos a fazer o jogo dos grandes monopólios que dominam a economia do país (os grupos Onassis, Niarchos e outros).

Logicamente, num país onde as estruturas do fascismo não foram destruídas, a opção pelo capitalismo monopolista, traduzida através das manipulações eleitorais da burguesia, abriu um vasto campo de manobra aos saudosistas do fascismo. Os grandes monopólios não podem funcionar de acordo com a sua lógica num país como a Grécia, atrasado e dependente, num contexto de democracia burguesa autoritária. A conspiração fascista de Fevereiro foi o resultado das contradições nascidas no seio de um regime onde havia (e há) numerosos fascistas em postos-chave do aparelho de Estado.

O julgamento e a condenação dos oficiais envolvidos na intencional fascista foi, contudo, uma importante vitória do povo da Grécia. Sem a pressão das massas populares esses traidores não teriam sido levados à barra de um tribunal militar e expulsos das Forças Armadas. Por outro lado, o julgamento permitiu que factos sigilosos da maior importância fossem tornados públicos e amplamente debatidos. O deputado socialista Ioannis Charalambopoulos, por exemplo, revelou ao tribunal pormenores relacionados com a intervenção americana no golpe fascista dos coronéis de 1967, que abriu as portas à ditadura de Georges Papadopoulos.

A primeira conclusão a extrair do julgamento de Atenas é a de que as sementes do fascismo continuam vivas na Grécia. E o imperialismo tudo fará para criar no país a atmosfera mais favorável ao seu desenvolvimento.

A crise militar em Espanha e a desagregação do franquismo

A crise permanente do franquismo entrou em nova fase com a transferência para o sector militar do foco principal de tensões. A prisão de oficiais acusados de serem membros da chamada União Democrática Militar começou já a produzir efeitos políticos em cadeia. Na impossibilidade de esconder por mais tempo o descontentamento profundo que se manifesta em várias unidades, principalmente entre os oficiais jovens, o general Carlos Fernandez Vallespin, presidente da Junta de Chefes de Estado-Maior da Espanha considerou necessário afirmar em Las Palmas que se «iria ao fundo do caso». No dia seguinte em Madrid, durante uma conferência de Imprensa, acusou publicamente elementos das Forças Armadas de terem «sonhado» com uma revolução «à portuguesa». No intuito de reduzir a importância do movimento de contestação acentuou que «não é extraordinário que num grupo tão numeroso como o dos nossos oficiais se desviem do caminho certo». Mas confessou uma realidade até então negada ao dizer: «Desde a Revolução Portuguesa que tem havido elementos a sonhar com um 25 de Abril no nosso país.»

É verdade, como o general Vallespin disse, que há diferenças fundamentais entre os Exércitos portugueses e espanhol. Mas isso não significa que no seio das Forças Armadas da Espanha não haja oficiais patriotas e antifascistas, desejosos de contribuir para o derrubamento do regime franquista colocando as suas armas ao serviço do povo. O simples facto de a ditadura espanhola se ver forçada a confessar publicamente, que o espírito de revolta se instalou em muitos quartéis confirma a gravidade e a complexidade da crise que ela enfrenta.

Em Madrid fala-se agora com insistência numa solução definida como de «extrema-direita». Arias Navarro, acusado de ser um «moderado» seria substituído na chefia do Governo por um «duro». É possível que o franquismo trate de encontrar um bode expiatório para os seus fracassos. Mas a manobra não resultará. Em primeiro lugar Arias Navarro nunca foi um liberal, como pretendem os ultra-direitistas. Actuou sempre como um homem do regime, como um defensor consciente do fascismo. Nunca proferiu uma palavra para condenar a onda de repressão que se abate sobre a Espanha desde o final do ano passado. Tomou, pelo contrário, medidas para que ela atingisse os seus objectivos. É um homem dos monopólios, uma criatura do imperialismo. A repressão fracassou nas fábricas, nas minas, nas universidades, porque o povo espanhol, com um indomável espírito de luta, soube enfrentá-la corajosamente.

Uma das primeiras consequências da crise militar foi a sua repercussão na área religiosa. A alta hierarquia da Igreja, sempre predisposta a aceitar os actos e os argumentos do fascismo, mostra-se inquieta. É muito significado que o cardeal Vicente Enrique y Taracón, arcebispo de Madrid, tenha interrompido as suas férias para visitar dez padres presos em Carabanchel por não terem pago as «multas» aplicadas pela «justiça» franquista que os acusa de organizarem «reuniões clandestinas».

O fascismo espanhol está moribundo. Com Arias Navarro ou com qualquer outro que o substitua na chefia do Governo.

LÊ • ASSINA • DIVULGA

UMA VOZ DEMOCRÁTICA

a opinião

REDACÇÃO: AV. DA BOAVISTA, 601 - PORTO - TEL. 64418

TRABALHADORES DO ALTO ALENTEJO COMBATEM PELA REFORMA AGRÁRIA

No Alto Alentejo, distrito de Portalegre, as massas trabalhadoras iniciaram as ocupações de herdades no início deste ano. Nos concelhos de Avis, Ponte de Sor e Campo Maior, os trabalhadores têm-se revelado como a vanguarda organizada deste grandioso movimento que visa a apropriação colectiva da terra para a transformarem num instrumento da vitória da batalha da economia.

No concelho de Avis, na freguesia de Benavila, uma vastidão de cerca de doze mil hectares encontra-se sob a administração dos trabalhadores. Aí a batalha da produção é uma promessa de abundância.

No Chafariz, uma das propriedades ocupadas na freguesia de Benavila, trabalhadores falaram ao «Avante!» sobre o processo de ocupação desta herdade que se estende por cerca de 1400 hectares e que pertenciam à família Moura Neves, um dos maiores latifundiários do Alto Alentejo.

— Tenho 65 anos e sempre aqui trabalhei. Sofri coisas nas mãos daquela gente que não desejo aquela árvore. Trabalhávamos cá trinta e nove homens. O latifundiário racionava as culturas só para não meter mão-de-obra. Cultivava horta em terra calça e deixava o regadio por fazer. Fomos nós trabalhadores que, durante estes anos, cultivámos e tratámos a terra. Os senhores herdaram-nas mas quem as trabalhou a enriqueceu sempre fomos nós. Para ao fim de um ter de anos, recebermos 1300\$00. Não foi só pela sabotagem económica, mas também para não sermos mais explorados pelos grandes que resolvemos ocupar a terra. Desde então, ganhámos 2500\$00 mais as comedeias que são 50 quilos de farinha e 5 litros de azeite por mês. Os salários pagamo-los a nós próprios através das receitas dos produtos que vendemos. Esta terra tem condições excepcionais e amanhã podem trabalhar aqui uns cem homens. Precisamos mesmo de gente e temos falado com trabalhadores para que não emigrem, porque trabalho não há-de faltar. Aqui é a nossa terra, aqui é que a gente quer trabalhar e batalhar por uma vida melhor.

— O nosso sonho é apenas um: fazer destes milhares de hectares que ocupámos uma grande quinta do Estado. Este garantir-nos-á o trabalho e as condições para extrairmos da terra tudo o que ela pode dar. Os trabalhadores do campo que conheceram bem o que é o domínio dos grandes senhores não deixarão, disso podem estar certos, que as coisas voltem para trás. Temos consciência de que só com a melhoria das condições de vida de todo o povo é que podemos também melhorar a nossa vida e da nossa família.

O povo alentejano defenderá o processo revolucionário

Ainda em Benavila, um outro exemplo da administração de uma grande propriedade da qual os

trabalhadores se propõem fazer um centro-modelo na actividade agrícola. Trata-se da Fundação Abreu Calado, hoje herdade de 28 de Fevereiro», data em que todo o povo da vila de Benavila a ocupou.

Nos anos de 1950, a família Abreu Calado legou aos trabalhadores a vasta propriedade que possuía numa extensão de cerca de três mil hectares; cerca de dois mil em Benavila e os restantes mil hectares divididos por três grupos de propriedades em Arraiolos, Extremoz e Cabeço de Vide. Mas «legar aos trabalhadores» em tempos de fascismo significava apenas a continuação da exploração. Assim, e como prova, repare-se que os trabalhadores não tinham acesso à administração, a qual era constituída por um presidente vitalício, o dr. Prezado, três vogais da confiança do presidente, um engenheiro da Junta de Colonização Interna, um engenheiro de uma escola agrícola, o provedor da Misericórdia e um outro elemento escolhido entre os doze maiores agrários da região. Aos trabalhadores era «concedido» apenas o dever de labutarem sujeitos a jornadas baixíssimas, a horários duziosos de 15 e 16 horas e não esbogarem o mais pequeno protesto sob pena de serem imediatamente despedidos. Isto quando se não enviava a repressão para cima dos menos submissos.

Sob o aspecto de exploração da terra, a Fundação não era das propriedades em piores condições. Mas este facto deve-se à circunstância de que a administração recebia, no final de cada ano, uma percentagem sobre os lucros da exploração. Cento e cinquenta trabalhadores aguentaram más condições de trabalho e jornadas baixas, aguentaram a violação dos acordos colectivos de trabalho após o 25 de Abril, durante meses. Mas a revolta latente teria de eclodir e, em Fevereiro, trabalhadores da Fundação, com o apoio do Sindicato, iniciaram o processo de ocupação.

— As injustiças eram tão gritantes que mesmo os administradores estavam à espera, em cada fim-de-semana, que ocupássemos a propriedade. Os rurais não recebiam o que o Sindicato havia estipulado e quanto ao pessoal das oficinas, enquanto o contrato colectivo determinava 5700\$00, recebiam 2800\$00. Resolvemos avançar mas antes auscultámos a população de Benavila numa reunião plenária realizada na Casa do Povo. O apoio foi geral e trabalhadores da Fundação com todo o povo trabalhador de Benavila puseram mãos à obra e, hoje, a ex-Fundação é nossa. Te-

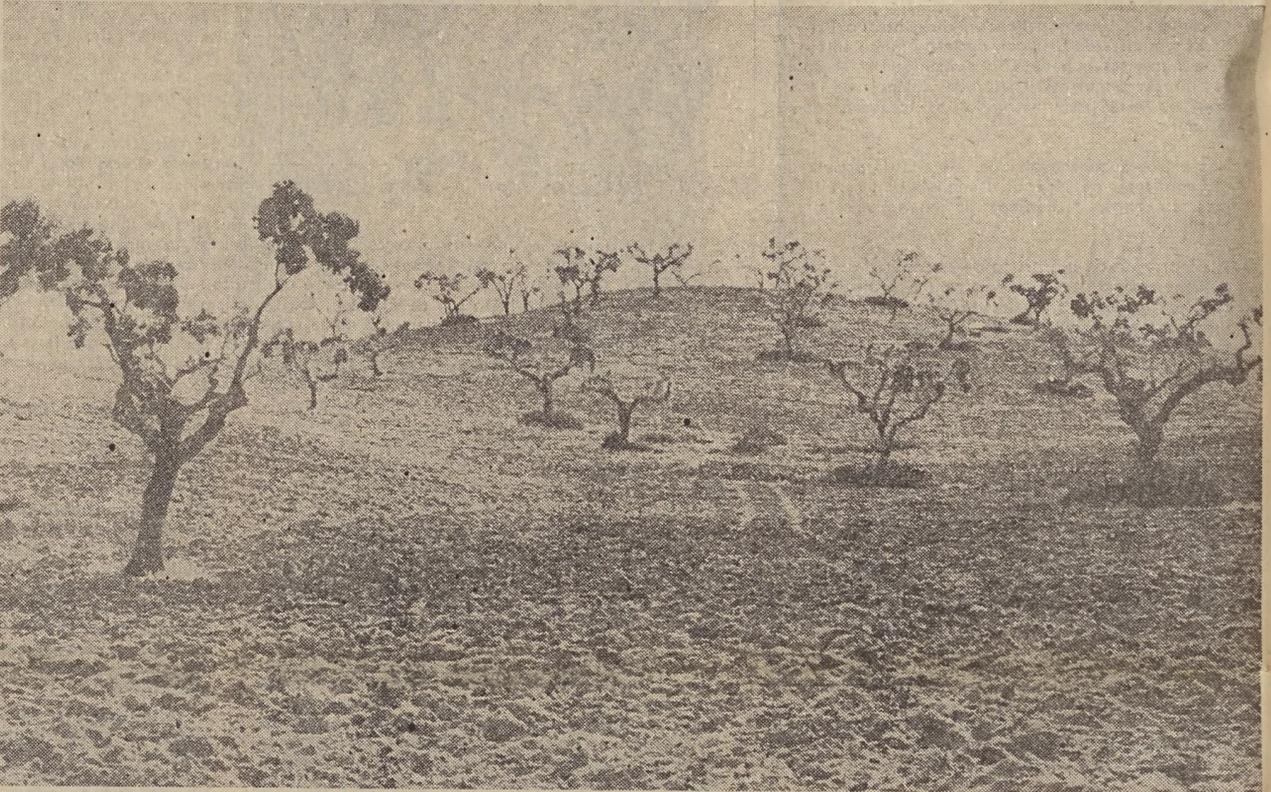
mos uma comissão administrativa formada por trabalhadores, na qual estão representados o Sindicato e a Liga.

A propriedade «28 de Fevereiro», ex-Fundação, tem óptimas condições para a criação de uma exploração agrícola «moderna». A terra é boa; houve anos em que a produção de trigo atingiu 800 mil quilos de cereal. Aliás, este ano, espera-se também uma farta produção: por cada moio semeado aguardam-se vinte e quatro. A produção de azeite cifra-se, em média, em 40 mil litros por ano. Vinho, cortiça e alguma superfície de rega-

— Nós sempre aqui fomos explorados ou os nossos pais ou os nossos avós. Fomos nós que fizemos da Fundação o que ela é hoje. Somos nós que estamos dispostos a torná-la um exemplo de exploração agrícola para que amanhã seja visível o que os trabalhadores fizeram pelo seu País. Aproveitando as estruturas da Fundação em máquinas, gado e terra, poderemos fazer daqui uma grande empresa colectiva que ocupará muitos braços e contribuirá para a independência nacional.

É com esta determinação que os trabalhadores alentejanos avançam em terras do Alentejo.

Exemplo de tenacidade revolucionária, nas primeiras frentes de luta pela batalha da produção, pela Reforma Agrária, pelo avanço do processo democrático, mostram as suas mãos, hábeis no fabrico da terra. Estas mãos não hesitarão, se necessário for, em punhar outras armas que não enxadões ou alfaias, para defenderem o direito de todo o povo trabalhador à liberdade. A exploração e a opressão não podem jamais regressar. Esta certeza não tem uma só quebra. A opção está feita. E o povo alentejano saberá defender o processo revolucionário sem hesitações.



Pela Reforma Agrária, os trabalhadores ocupam extensões que se perdem já no horizonte

«VIERAM AS ÉGUAS, VIERAM AS CABRAS E AINDA METEMOS UNS NA ORDEM!...»

É certo que os grandes agrários têm revelado mão lesta no roubo (ou eufemisticamente dizendo: no desvio) de gado das propriedades cujo solo deixaram invadir de mato e urze, o qual, hoje, sob o labor das mãos dos trabalhadores que as administram, mostra ao viajante uma nova face, em que os alqueives e o restolho dizem do trabalho produtivo. Mais lesto, porém, é o povo trabalhador alentejano na defesa de seus haveres! Em terras do Alentejo a reacção não tem levado a melhor na prossecução das suas manobras habituais. Não porque o não tente, mas o resultado é, invariavelmente, o fracasso. Só que enfrentam um povo temperado na luta, um proletariado com forte consciência revolucionária que conhece, por dolorosa e sábia experiência, quem são os inimigos do povo e não abandona, um só momento, na vigília, na vontade de fazer vingar o processo revolucionário. Daí que a destreza dos latifundiários seja aplicada em vão. Do povo da freguesia de Benavila chegam dois exemplos significativos de como a unidade e a consciência revolucionária constituem muros intransponíveis para os propósitos da reacção, que no Alentejo é encabeçada por latifundiários e «seus lacaios», tal como os definem os trabalhadores.

Um destes casos-exemplares têm por protagonistas o povo da freguesia de Benavila, o ex-proprietário da Herdade de Monte Branco e os trabalhadores ex-explorados da mesma herdade. Pomo da discórdia a nível imediato: sete éguas, espécimes bem criadas, irrequietas, que só querem brincar, brincar», segundo a queixa, amenizada pela ternura, de um velho trabalhador. Quando a herdade do Monte Branco foi ocupada a 5 de Julho com o apoio do Sindicato e do Conselho da Reforma Agrária, os trabalhadores ficaram com cerca de 940 hectares de terra, praticamente inculta (Nem um pé de grão, ou uma horta, ou um bocado de aveia; estava no desprezo absoluto esta boa terra, que para o ano há-de ver a boa seara que aqui se faz; só mato, mato que é um crime) e uma manada de éguas. As éguas são gado de grandes senhoras que não interessam aos trabalhadores. Isto porque:

— As éguas são tão despesa. Enquanto as vacas comem a maior parte do ano pasto do campo, algum pasto de folhas e palha no inverno e governam-se, este gado não é assim. Comem ração, seis litros por dia cada égua. Ora isto é um luxo. Não interessa nada. Querem é brincar. Saem daqui como uns bois bravos, uma vai para além, outra para acolá, encantadas da vida, em correria, e um homem até pode levar uma sapatada e elas mesmo magoarem-se como aconteceu, no outro dia, a uma que na brincadeira pisou uma pedreira e partiu logo uma perna. Por isso, a gente antes queria ter vacas e engordar novilhos. Dava mais proveito ao País e a nós. E resolvemos ir vender as éguas à feira para depois comprarmos vacas.

Assim, sábado, dia 19 de Julho, pela manhã, partiram alguns trabalhadores da Herdade de Monte Branco com suas éguas para a Feira de Estremoz na mira de bom negócio que permitisse adquirir vacas leiteiras. Na feira esperava-se uma frente de reacção. De colúlio com o proprietário expropriado um comerciante fascista das Galveias, que dizia ter comprado as éguas em Abril (sem explicar por que razão as deixara na propriedade por mais de dois meses após a suposta aquisição), bem protegido por toda uma claque de reacção em que a vila de Estremoz é abundante e, tendo mobilizado os negociantes da feira, deu em atacar os trabalhadores que, perante a disparidade de forças, acharam por bem fugir. Com o alarido, entrevistaram as Forças Armadas. Apesar do negociante affiançar que as éguas lhe haviam sido roubadas pelos trabalhadores, estas, devidamente escoltadas, foram conduzidas ao quartel do Regimento de Cavalaria, onde pernottaram!

Chegados entretanto a Benavila, freguesia aonde se situa a Herdade de Monte Branco, os trabalhadores despojados das éguas contaram o sucedido e todo o povo se preparou para reclamar a sua propriedade colectiva. Porque no Alentejo as herdades ocupadas não marcam fronteiras entre o «meu» e o «teu». No Alentejo, «o nosso» compreende, de facto, todos os trabalhadores. É estranho à consciência revolucionária a posse de searas fartas para meia dúzia; as searas, colhidas com o trabalho dos operários agrícolas e dos pequenos agricultores, destinam-se aos celeiros de todo o povo de modo que este não seja obrigado a comprar no estrangeiro o que a terra portuguesa, lavrada pelas mãos dos trabalhadores, pode dar.

Depois de terem contactado o Conselho da Reforma Agrária, que reconheceu a razão popular, dia 21, montado em motorizadas, rebóques, camionetas, burros e automóveis, o povo de Valongo, de Benavila, de Avis, de Valconco e de A Casa Branca fez-se a Estremoz.

Erão cerca de 700 trabalhadores desembocando na vila, no sossego da segunda-feira de Julho, fazendo acóitar os fascistas nos cafés e despertando a curiosidade de outro povo.

— Nesse mesmo dia corria que os agrários queriam tomar o Grémio e expulsar a Comissão Liquidatária, que é gente séria. De modo que a gente queria combater a reacção e trazer as éguas. Chegámos ao quartel, o comandante recebeu-nos, fez o grande discurso e o povo ficou satisfeito com ele. Enquanto esperávamos pela solução do problema, fomos dando umas voltinhas à vila, ainda metemos uns fascistas na ordem, uns que deitaram fora o nariz para vocarem, e até foram presos quatro. Entretanto, juntou-se a nós o pessoal das pedreiras, o pessoal

da pavimentação e dos esgotos. Ao fim da tarde éramos aí umas duas mil pessoas. Até que à tardinha foram-nos entregues as éguas.

Um problema sobreveio então: as éguas tomaram lugar em camionetas que haviam vindo peçadas de gente. Acudiu o comandante do regimento, cedendo duas camionetas do Exército para transporte dos manifestantes até Benavila à uma escolta de dois carros cada um com cerca de vinte soldados!

Pelo caminho, o povo gritou bem alto a sua vitória e em Benavila as éguas foram passadas, triunfantemente, pelas ruas (Para mostrar aos fascistas que a gente tinha vencido), enquanto soldados e povo, unidos numa confraternização, festejavam o acontecimento assinalado pela mudança de nome de uma rua, que passa a denominar-se «Rua das Forças Armadas».

SABOTADORES DESAFIAM O POVO

Mas a reacção se perde, aqui ou acolá, volta sempre esforçadamente ao ataque. No Alentejo, esta persistência de pouco lhe tem valido. Sem dúvida que os reacçãoários não se atreveriam a pôr a cabeça de fora com o arrojo e o à-vontade com que campeiam ainda em largos espaços do País: Um dos aspectos da autoridade revolucionária é a sólida organização dos trabalhadores e a sua destemida vontade com que defendem os seus direitos. Ainda, neste caso, de Benavila, concelho de Avis, dá o exemplo.

Na Herdade de Canejo, guardada por um agrário de nome Barroso, encontrava-se um rebano de cerca de 400 cabras guardadas pelo cabreiro e por sua mulher. Tal como tem acontecido noutras zonas do Alentejo em que o gado desaparece, sem deixar rastros, por obra dos grandes agrários, que à mistura vão levando as peças de alfaias de modo a deixá-las inoperantes, o Barroso preparava-se para fazer volatilizar o rebano. Alertado para a manobra, o cabreiro, homem honesto, conhecendo bem as manhas dos exploradores, avisou uma comissão de trabalhadores que administra a Herdade do Monte da Parreira. Estes comunicaram ao povo de Benavila que mobilizado contra esta forma de sabotagem económica, deslocou-se para Canejo, que ainda é longe... fica aí a uns 15 quilómetros. Chagados a Canejo, procedeu-se a um refúgio de cerca de 80 cabras e, cientes de que o aviso da mobilização era suficiente para fazer recuar os agrários nos seus criminosos propósitos, os trabalhadores deixaram as cabras aos cuidados do cabreiro, sob as ordens da comissão de trabalhadores da Parreira.

— Então, o que é que o meu bom do Barroso faz? Mobiliza os lacaios e vêm todos de noite com paus e varapaus, ampaçam o cabreiro de lhe cortar o pescoco, roubam as cabras e levam-nas para uma propriedade do Barroso. Avisado o povo da Parreira, homens, mulheres e crianças vão tudo buscar as cabras e volta com elas para o Canejo. Veio a Guarda, veio o Exército e foi também o povo de Benavila. Ficou decidido que as cabras ficavam no Canejo e que eles não as levavam dali. Mas a mulher do cabreiro, que não ganhara por o susto, e o próprio cabreiro, não queriam ficar no monte. A mulher chorou, chorou, que não queria ficar; um soldado até lhe disse para não chorar mais que ninguém lhe fazia mal. Mas ela não se calava. Então, nós propusemos às Forças Armadas levarem as cabras para o Monte da Parreira: eram lá ordenhadas, fazia-se lá o queijo, que já havia mulheres dispostas a isso, e depois voltavam quando houvesse condições. E assim se fez. Só que o bom do Barroso voltou às Forças Armadas, envenenou os ouvidos do comandante e um corpo do Batalhão de Caçadores de Portalegre veio cercar a Parreira. Não deixaram mexer ninguém e levaram as cabras para uma propriedade do Barroso, a Herdade do Crujeira, e com eles foram dois elementos da comissão de trabalhadores da Parreira.

O povo, atingido nos seus direitos e na justiça com que defendia afinal todo o País de mais uma manobra de sabotagem económica, como tantas que foram perpetradas pelos grandes agrários, fez-se a Portalegre para explicar ao comandante do batalhão a situação das cabras e enviou exposições, relatando os factos ao governador civil, ao MFA e ao ministro da Agricultura.

— Depois de toda esta batalha, as cabras foram então entregues, definitivamente, à comissão de trabalhadores da Parreira e do Canejo. E como os reacçãoários de Benavila andavam todos satisfeitos a pensar que os trabalhadores não viam mais as cabras, e provocavam-nos berando como as cabras e perguntando se queríamos leite de cabra, a gente deu a volta a Benavila com as cabras e ordenhámo-las no centro da vila. E alguns fascistas foram os primeiros a vir beber do leite!

Nestes termos nos contou um operário agrícola de Benavila o caso das cabras que, tal como as éguas, não foram ganhas pela reacção.

O povo de Benavila, concelho de Avis, defende assim o património colectivo com a mesma determinação com que fabrica as terras, semeando hoje a vitória da batalha da produção, a lavança do processo revolucionário.

COOPERATIVA DA COMENDA EXEMPLO DE TENACIDADE

Na Comenda, concelho de Gavião, distrito de Portalegre, meia dúzia de trabalhadores, sem uma alfaias, sem uma cabeça de gado, labutam numa terra que lhes pertence por direito ancestral e que lhes havia sido roubada por sucessivos senhores ávidos dos frutos da exploração do povo. Este esforço, quase solitário, dos homens que a Cooperativa da Comenda procuram de um terreno baldio fazer um solo cultivado, contando só com os seus braços e com um ânimo que as dificuldades não fazem esmorecer, tem muito de heróico. O heroísmo sem brados de que só a classe trabalhadora, os operários da cidade e do campo, sabem transmitir nos gestos aparentemente simples mas que, somados, fazem recuar as forças contra-revolucionárias.

A Cooperativa Agrícola da Comenda é constituída por uma terra com cerca de 1200 hectares. Desde 1518 que a propriedade pertencia ao povo por legação feita por um nobre. Porém, como nos declarou um trabalhador, sócio da cooperativa: «Nessa altura o povo era pouquinho e deixou que lhe tomassem de novo, as terras. Vieram uns senhores chamados Sampaio, que enganaram o povo, dizendo-lhe que lhe davam contributo pelos caídos da propriedade. E, às tantas, apanharam as terras e não lhes deram contributo nenhum. Mas os trabalhadores cansaram-se da injustiça e por volta de 1921, conseguiram fazer dividir entre si, as terras em searas. A parte sul passou assim para as mãos do povo e os Sampaio continuaram com a parte norte.»

A semelhança do que aconteceu em diversos concelhos do Alentejo, a propriedade foi transferida, nos anos 30, para as mãos de ingleses que a ocuparam novamente toda e «bateram no pessoal». Abriu-se assim um novo reinado de exploração dos trabalhadores, desta vez domínio de estrangeiros. No início dos anos cinquenta a casa inglesa vendeu

a propriedade à Casa Barreiros sem que a situação do povo, violado nos seus direitos, se alterasse. A partir de 25 de Abril, novamente o povo despertou para a conquista das terras que lhe pertenciam. Em Setembro do ano passado, o povo impediu que negociantes abatessem sobressos que a Casa Barreiros lhes havia vendido. Com o apoio de Forças Armadas vindas de Santa Margarida, o povo apanhou a azeitona e com o lucro da apanha, procedeu à limpeza das terras. Surgiu, então, a ideia da cooperativa. Trabalhadores foram sendo ganhos para o projecto e, hoje, a cooperativa da terra da Comenda possui cerca de setenta sócios. Deses apenas meia dúzia, no entanto, trabalham neste momento, a terra tão arduamente. Porquê? Eis a questão que, inevitavelmente, nos surge.

— O caso é a falta de condições. Não temos máquinas, nem gado. O salário é o abonado pelo Sindicato. Por isso, muitos trabalhadores preferem andar a trabalhar nas propriedades das privadas onde chega ao sábado e têm o salário. Aqui há condições para trabalharem mais de 100 homens. Eles vivem e sacrificam-se por esta terra, depende do andamento da Reforma Agrária. Se nos concederem crédito, máquinas e gado, os trabalhadores avançam e fazem deste solo uma riqueza de produção.

Esta a promessa de um trabalhador da cooperativa da Comenda que, apesar do ganho que lhe viria do trabalho numa propriedade privada, persiste, com cerca de meia dúzia de camaradas de trabalho, no esforço corajoso de tomar a terra do povo numa próspera cooperativa. A concretização desta promessa, que é um compromisso revolucionário, depende unicamente do avanço da Reforma Agrária por parte dos organismos estatais. Criadas as condições, os trabalhadores não hesitarão em fazer da sua cooperativa, um exemplo de unidade de produção agrícola no concelho do Gavião.